



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025 com
relatório do auditor independente



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Ímpar Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia" ou "Ímpar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

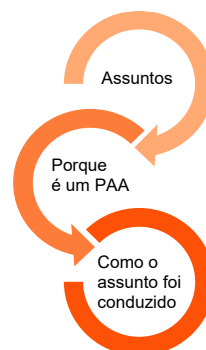
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Sistema de geração de informações financeiras</p> <p>As operações da Companhia e suas controladas são impactadas pelo elevado número de transações, dispersão geográfica e pelas particularidades de suas unidades de negócio adquiridas ao longo do tempo. A estrutura do sistema de geração de informações financeiras é complexo, incluindo controles gerais de tecnologia da informação e controles internos sobre processos de negócios, que podem ser manuais ou automatizados, e também dependentes dos sistemas de gestão integrados.</p> <p>Esta foi uma área de foco em nossa auditoria, em função da relevância e volume de transações processadas nos diferentes sistemas informatizados, que podem eventualmente resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Atualizamos nosso entendimento dos sistemas e da efetividade dos principais controles gerais de tecnologia da informação e controles internos sobre processos de negócios, utilizados para a geração de informações financeiras, para determinar a natureza, extensão e época da realização dos nossos procedimentos de auditoria. (b) Utilizamos especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento relacionado aos ambientes dos sistemas automatizados de informação, assim como em relação aos controles manuais dependentes dos sistemas automatizados. (c) Executamos testes substantivos em relação à integridade e exatidão dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. (d) Para os aspectos observados em relação aos processos gerais de tecnologia da informação, avaliamos o impacto na natureza, época e extensão em nossos procedimentos substantivos para obtermos evidências apropriadas e suficientes. <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente</p>



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Teste para verificação de redução ao valor recuperável de ativos - <i>impairment</i> - (Nota 13.2)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis, que incluem ágio na aquisição de empresas, cujo valor recuperável é testado anualmente conforme requerido pelo CPC 01/IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos".</p> <p>A avaliação de recuperabilidade é realizada por segmento e Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam, cujo valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve premissas para elaboração das projeções desses fluxos de caixa, incluindo a taxa de crescimento dos negócios e a taxa de desconto utilizada para descontar os fluxos projetados.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que podem resultar em ajuste material nos saldos contábeis, mantivemos essa como uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da definição de unidade geradora de caixa ("UGC") e a consistência dessa avaliação ao modelo de gestão da Companhia e suas controladas. • Entendimento do processo de preparação e revisão dos estudos técnicos e análises do valor recuperável, incluindo a confirmação da aprovação do orçamento. • Com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, efetuamos a análise das premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas, especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e os respectivos custos médios ponderados de capital ("taxa de desconto") e investimentos necessários para manutenção da capacidade operacional, bem como comparação de premissas utilizadas com dados de mercado, quando disponíveis. • Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia e de suas controladas para determinação do valor recuperável desses ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências obtidas.</p>



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisões para riscos cíveis, fiscais, previdenciárias e trabalhistas (Nota 21)</p> <p>A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, especialmente aqueles de natureza cível, fiscal, previdenciária, e trabalhista, que são relativos a divergências na interpretação das normas e legislações.</p> <p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo decurso de tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A administração da Companhia e suas controladas, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses processos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, e divulga aqueles considerados como de perda possível.</p> <p>Considerando a relevância dos valores, as incertezas envolvidas para a determinação e constituição das respectivas provisões, bem como efetuar as divulgações requeridas, mantivemos essa área como foco de nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles estabelecidos para identificar, mensurar, registrar e divulgar as provisões e as contingências.</p> <p>Obtivemos, dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas, a confirmação dos valores e os respectivos prognósticos de perdas.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas da área tributária, efetuamos o entendimento dos objetos dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões alcançadas.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição das provisões, bem como para as divulgações efetuadas nas notas explicativas, estão consistentes com os dados e informações obtidas.</p>
<p>Reconhecimento da receita - Controladora e Consolidado - (Nota 24)</p> <p>As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados, deduzidas de eventuais glosas, que são procedimentos médicos efetuados, mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde.</p> <p>A Companhia e suas controladas utilizam o método do valor esperado para estimar a receita, devido ao grande número de planos e operadoras de saúde, além de bases estatísticas de percentuais históricos de glosas, com o</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entendimento do processo e das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar). Revisão da reconciliação dos relatórios de faturamento com o saldo contábil de receita



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>objetivo de mensurar e reconhecer correspondentes perdas.</p> <p>Devido à relevância das receitas de prestação de serviços, bem como dos julgamentos significativos exercidos pela administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração das perdas estimadas com glosas, mantivemos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em base amostral, efetuamos a inspeção dos espelhos de atendimento contendo o aceite do cliente, assim como os aceites dos planos e operadoras de saúde. Adicionalmente, efetuamos em base amostral, a inspeção das liquidações financeiras, faturas e relatórios médicos, com objetivo de obter evidências sobre a existência da receita de serviços faturados e a faturar, principalmente no fim do exercício, avaliando o momento apropriado do reconhecimento da receita, bem como dos respectivos montantes. • Análise e testes sobre as premissas estabelecidas pela administração relacionadas às glosas dos planos e operadoras de saúde, bem como dos critérios para mensuração das perdas estimadas com essas glosas, além de recálculo das correspondentes provisões para perdas. • Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Como base nos procedimentos descritos, o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, incluindo as glosas, e as divulgações correlatas são razoáveis e consistentes com as informações obtidas.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Signed By: CARLOS EDUARDO GUARANÁ MENDONÇA, 40137162649
CPF: 49157162649
Signed Time: 25-03-2026 12:23 GMT
O: ICP-Brasil, OU: Certificados Digitais PF A1
C: BR
Serial: AC:Symplicity Multipla
#11052019AF54D1
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da Ímpar Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia” ou “Ímpar”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades por ações, e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”).

A Companhia atua no setor de serviços hospitalares, oferecendo soluções integradas de saúde, com foco na qualidade assistencial, eficiência operacional e sustentabilidade econômico-financeira. Suas operações abrangem serviços hospitalares e ambulatoriais por meio de unidades próprias e controladas.

O exercício de 2025 foi caracterizado por um cenário macroeconômico desafiador, marcado por pressões inflacionárias persistentes, elevação dos custos de insumos médicos e hospitalares, bem como reajustes salariais. Adicionalmente, a volatilidade das condições econômicas e a manutenção das altas taxas de juros impactaram o custo de capital e exigiram maior disciplina financeira por parte das empresas do setor. Nesse contexto, as operadoras hospitalares enfrentaram o desafio de equilibrar a qualidade assistencial com a necessidade de controle de custos e preservação de margens.

Apesar desse ambiente adverso, o setor de saúde manteve um nível consistente de demanda, demonstrando resiliência frente às oscilações econômicas. Esse comportamento foi sustentado, principalmente, por fatores estruturais, como o envelhecimento da população, o aumento da prevalência de doenças crônicas e a crescente busca por serviços médicos de maior complexidade e especialização. Além disso, observou-se uma demanda contínua por melhorias na qualidade dos serviços prestados e pela incorporação de novas tecnologias e tratamentos, reforçando a relevância estratégica do setor no médio e longo prazo.

Nesse contexto, a Companhia priorizou a eficiência operacional, controle de custos e qualidade assistencial.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a formação de uma joint venture (JV), como parte de sua estratégia de expansão e otimização de operações. Em decorrência dessa transação, houve alterações relevantes na estrutura operacional e na forma de reconhecimento contábil de determinadas operações, incluindo efeitos de consolidação, equivalência patrimonial ou reclassificações de linhas de receita, custos e ativos. Dessa forma, os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2025 não são plenamente comparáveis com aqueles de 2024, uma vez que o período anterior não refletia a estrutura atual da Companhia. A Administração destaca que, embora tenham sido adotadas as práticas contábeis aplicáveis para assegurar a adequada apresentação das informações financeiras, eventuais variações entre os períodos devem ser analisadas considerando esse novo contexto operacional e societário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou os seguintes destaques:

Em milhares de Reais	2025	2024
Receita líquida	10.737.378	7.816.499
EBITDA	1.343.500	970.468 ⁽ⁱ⁾
Margem EBITDA	13%	12%
Prejuízo líquido	219.943	419.039
Dívida líquida	2.797.726	n/a

⁽ⁱ⁾ Em 2024, desconsidera o efeito dos repasses de despesas corporativas históricas no montante de R\$ 386.770.

A variação dos resultados reflete principalmente:

- Crescimento do volume de atendimentos;
- Reajustes contratuais com operadoras de saúde;
- Pressões de custos assistenciais e insumos;
- Medidas de eficiência operacional implementadas ao longo do exercício.

Os investimentos realizados e pagos no exercício em itens do ativo imobilizado e intangível totalizaram aproximadamente R\$ 187.840 mil em 2025 (2024: R\$168.848 mil), concentrados em:

- Expansão e modernização de unidades hospitalares;
- Aquisição de equipamentos médicos;
- Digitalização e sistemas de gestão;
- Projetos de melhoria da qualidade assistencial.

A Companhia manteve uma estrutura de capital equilibrada, com foco na gestão eficiente do endividamento e do capital de giro.

A Administração segue comprometida com a disciplina financeira e a sustentabilidade de longo prazo.

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas de mercado, incluindo:

- Estrutura de controles internos;
- Políticas de conformidade e ética;
- Transparência na divulgação de informações.

A gestão de riscos contempla:

- Riscos operacionais: relacionados à prestação de serviços de saúde;
- Riscos regulatórios: inerentes ao setor hospitalar;
- Riscos financeiros: crédito, liquidez e taxas de juros;
- Riscos macroeconômicos: inflação e custos médicos.

A Companhia mantém processos estruturados de identificação, avaliação e mitigação desses riscos.

A Companhia reforça seu compromisso com práticas ESG, com iniciativas voltadas para:

- Segurança do paciente;
- Eficiência no uso de recursos;

- Desenvolvimento de colaboradores;
- Impacto social positivo nas comunidades atendidas

A Companhia mantém investimentos contínuos em:

- Treinamento e capacitação;
- Programas de retenção de talentos;
- Melhoria do ambiente organizacional.

Para 2026, a Administração espera:

- Crescimento sustentável das operações;
- Ganhos adicionais de eficiência;
- Continuidade dos investimentos estratégicos;
- Fortalecimento da posição competitiva no setor.

A Administração agradece a confiança dos acionistas, o empenho dos colaboradores e o apoio de clientes e parceiros ao longo do exercício.

A Administração

Ímpar Serviços Hospitalares S.A.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais - R\$

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	103.645	719.303	376.456	1.077.830
Contas a receber de clientes	5	1.892.094	1.923.829	3.783.299	3.334.600
Estoques	6	196.712	140.881	408.434	257.617
Tributos a recuperar	7	54.122	63.755	156.816	113.599
Despesas antecipadas	8	23.467	32.315	26.423	35.205
Partes relacionadas	27	92.924	-	95.845	-
Outros créditos		123.466	165.375	139.297	189.602
Total do ativo circulante		2.486.430	3.045.458	4.986.570	5.008.453
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	7.947	-	7.947	-
Despesas antecipadas	8	6.656	-	6.656	-
Depósitos judiciais	9	23.315	19.780	115.477	65.237
Tributos diferidos	14	278.521	184.072	946.654	307.323
Partes relacionadas	27	42.638	259.529	32.675	-
Outros créditos		110.661	152.659	110.878	153.740
Investimentos	10	5.817.710	6.254.354	-	-
Direito de uso de arrendamentos	11	1.060.739	823.091	3.281.874	1.308.398
Imobilizado	12	1.307.908	1.620.890	2.041.503	2.518.057
Intangível	13	81.395	87.935	3.434.875	5.424.692
Total do ativo não circulante		8.737.490	9.402.310	9.978.539	9.777.447
Total do ativo		11.223.920	12.447.768	14.965.109	14.785.900





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais - R\$

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante					
Fornecedores	15	480.572	377.722	1.068.506	690.058
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	190.633	-	190.633	58
Passivos de arrendamentos	17	155.494	31.110	438.821	34.651
Obrigações sociais e trabalhistas	18	221.406	182.052	472.068	323.211
Tributos a recolher	19	81.977	50.042	218.345	148.509
Imposto de renda e contribuição social a pagar		15.821	104.681	47.542	150.405
Contas a pagar por aquisições de empresas	20	98.602	450.384	98.602	453.317
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	21	25.797	-	43.705	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	23.810	354	42.997
Opção de venda concedida a não controladores	1.2.1	-	65.150	-	65.150
Partes relacionadas	27	-	897.607	26.519	1.647.198
Outras contas a pagar e provisões		148.523	307.025	245.039	467.061
Total do passivo circulante		1.418.825	2.489.583	2.850.134	4.022.615
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.983.549	-	2.983.549	-
Passivos de arrendamentos	17	1.072.789	909.559	3.208.619	1.449.533
Tributos a recolher	19	1.551	2.419	35.965	71.345
Contas a pagar por aquisições de empresas	20	496.920	520.793	498.702	523.446
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	21	75.659	25.405	206.049	98.953
Tributos diferidos	14	-	896	24	5.335
Partes relacionadas	27	18.112	107.387	-	199.959
Outras contas a pagar e provisões		156.794	245.190	175.786	259.981
Total do passivo não circulante		4.805.374	1.811.649	7.108.694	2.608.552
Patrimônio líquido	22				
Capital social		2.744.884	7.991.700	2.744.884	7.991.700
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	415.351	-	415.351
Reservas de capital		2.255.374	456.937	2.255.374	456.937
Outros resultados abrangentes		(537)	(65.685)	(537)	(65.685)
Prejuízos acumulados		-	(651.767)	-	(651.767)
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas		4.999.721	8.146.536	4.999.721	8.146.536
Participação de não controladores		-	-	6.560	8.197
Total do patrimônio líquido		4.999.721	8.146.536	5.006.281	8.154.733
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.223.920	12.447.768	14.965.109	14.785.900





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em			
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	24	4.511.562	4.374.537	10.737.378	7.816.499
Custos dos serviços prestados	25	(3.784.270)	(3.317.795)	(9.262.936)	(6.037.581)
Lucro operacional bruto		727.292	1.056.742	1.474.442	1.778.918
Despesas comerciais	25	(206.474)	(126.896)	(200.933)	(163.027)
Despesas gerais e administrativas	25	(618.118)	(746.712)	(675.515)	(1.124.669)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	206.233	(293.547)	199.490	(340.725)
Resultado de equivalência patrimonial	10	238.547	49.659	-	-
		(379.812)	(1.117.496)	(676.958)	(1.628.421)
Lucro (prejuízo) operacional		347.480	(60.754)	797.484	150.497
Receitas financeiras	26	126.423	31.995	82.165	65.787
Despesas financeiras	26	(823.243)	(397.684)	(1.099.575)	(435.438)
		(696.820)	(365.689)	(1.017.410)	(369.651)
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda		(349.340)	(426.443)	(219.926)	(219.154)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(14.292)	(98.812)	(176.825)	(257.143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	149.932	102.444	176.808	57.258
		135.640	3.632	(17)	(199.885)
Prejuízo do exercício		(213.700)	(422.811)	(219.943)	(419.039)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		-	-	(213.700)	(422.811)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(6.243)	3.772
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	23	(0,0129)	(0,0487)	-	-





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais - R\$

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em			
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício	(213.700)	(422.811)	(219.943)	(419.039)
Opção de venda concedida a não controladores	(54.843)	-	(54.843)	-
Transferência para lucros acumulados	54.843	-	54.843	-
Resultado abrangente do exercício	(213.700)	(422.811)	(219.943)	(419.039)
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	(213.700)	(422.811)
Acionistas não controladores	-	-	(6.243)	3.772

O valor acumulado em outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 54.843, refere-se à variação do valor justo de opção de compra de participação societária de acionistas não controladores, conforme divulgado na nota 1.3.4.





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais - R\$

Descrição	Reservas de capital								
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Transações com pagamentos baseados em ações	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.235.824	333.610	399.407	66.395	(228.956)	(62.476)	7.743.804	18.514	7.762.318
Aumento de capital - aporte de ativos	755.876	(650.610)	-	-	-	-	105.266	-	105.266
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	732.351	-	-	-	-	732.351	-	732.351
Atualização de opção de venda por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	(3.209)	(3.209)	(14.089)	(17.298)
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	(8.865)	-	-	(8.865)	-	(8.865)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(422.811)	-	(422.811)	3.772	(419.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.991.700	415.351	399.407	57.530	(651.767)	(65.685)	8.146.536	8.197	8.154.733
Redução de capital - cisão parcial (nota 1.3.1)	(3.649.188)	-	(98.823)	-	-	-	(3.748.011)	(14.182)	(3.762.193)
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	415.351	(415.351)	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados	(228.956)	-	-	-	228.956	-	-	-	-
Redução de capital - caixa	(2.075.000)	-	-	-	-	-	(2.075.000)	-	(2.075.000)
Aumento de capital - aporte de ativos (nota 1.3.2)	290.977	-	2.618.790	-	-	-	2.909.767	5.152	2.914.919
Atualização opção de venda por aquisição de controladas (nota 1.3.4)	-	-	-	-	-	(54.843)	(54.843)	-	(54.843)
Exercício de opção de venda - Grupo Carmo (nota 1.3.4)	-	-	(131.849)	-	-	119.991	(11.858)	8.154	(3.704)
Reversão de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	42.665	-	42.665	-	42.665
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	4.165	-	-	4.165	-	4.165
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(213.700)	-	(213.700)	(6.243)	(219.943)
Outros	-	-	(2.550)	-	2.550	-	-	5.482	5.482
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(591.296)	-	591.296	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.744.884	-	2.193.679	61.695	-	(537)	4.999.721	6.560	5.006.281



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais - R\$

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(349.340)	(426.443)	(219.925)	(219.154)
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	313.280	301.137	546.016	433.201
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	447.538	23.903	447.548	31.433
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12.925	-	12.925	-
Atualização monetária de contas a pagar por aquisição de empresas	99.016	122.289	100.444	122.784
Juros sobre contratos de mútuo	(53.885)	-	4.025	-
Juros sobre passivo de arrendamento	167.355	115.756	432.068	175.080
Baixa do ativo imobilizado e intangível	30	23.204	354	47.715
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e glosas	181.573	107.134	192.341	185.877
Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.309	33.420	53.343	42.750
Atualização monetária sobre provisão para contingências	1.399	-	4.908	-
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	5.660	-	5.660
Resultado de equivalência patrimonial	(238.547)	(49.659)	-	-
Plano opções de ações	4.184	(8.865)	4.184	(8.865)
Provisão para perda de estoques	-	1.694	(1.854)	9.574
Outros	(39.480)	-	(11.350)	-
	570.357	249.230	1.565.027	826.055
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	(149.838)	(532.217)	(350.907)	(864.705)
Estoques	(55.831)	(14.934)	(104.219)	(35.146)
Partes relacionadas	(129.233)	(21.352)	(128.520)	134.096
Outros créditos e outros ativos	134.815	195.871	(5.147)	260.971
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	102.296	(28.510)	258.221	(76.007)
Obrigações sociais e trabalhistas	39.354	38.044	45.693	32.901
Tributos a recolher	29.981	(6.998)	41.676	(74.054)
Partes relacionadas	(879.495)	483.925	(1.227.042)	833.125
Outras contas a pagar e outros passivos	(273.361)	131.207	(362.620)	(158.510)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(610.955)	494.266	(267.838)	878.726
Juros pagos sobre arrendamentos	(20.048)	(115.756)	(45.406)	(175.080)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(242.805)	(19.771)	(242.805)	(29.906)
Juros pagos sobre contas a pagar por aquisição de controladas	(33.980)	-	(33.980)	-
Juros pagos sobre contratos de mútuo	(7.219)	-	(8.628)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(140.978)	(3.515)	(313.826)	(122.207)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(1.055.985)	355.224	(912.483)	551.533
Caixa das atividades de investimentos				
Caixa e equivalentes de caixa advindo de incorporação de controlada	-	(5)	-	-
Adições do imobilizado	(87.353)	(80.827)	(155.353)	(161.222)
Adições de intangível	(30.381)	(5.663)	(32.487)	(7.626)
Caixa advindo de aporte de ativos	-	-	370.785	-
Caixa cindido em transação de redução de capital	-	-	(220.244)	-
Valor recebido na venda de ativo imobilizado	-	3.416	-	3.935
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de controladas	-	8.360	-	-
Liberação de recursos de contratos de mútuo	(68.932)	-	-	-
Recebimento de contratos de mútuo	93.996	-	-	-
Aumento e adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(471.117)	(89.825)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(563.787)	(164.544)	(37.299)	(164.913)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Redução do capital social	(2.075.000)	-	(2.075.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	746.402	-	746.402
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.956.524	-	2.956.524	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(249.358)	(68)	(365.173)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(144.599)	(75.626)	(380.126)	(95.646)
Captação de recursos de contratos de mútuo	928.618	-	357.824	-
Pagamento de contratos de mútuo	(542.408)	-	(482.174)	-
Pagamentos por aquisição de controladas	(119.021)	(253.243)	(128.572)	(259.297)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.004.114	168.175	248.408	26.286
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(615.658)	358.855	(701.374)	412.906
Caixa e equivalentes do início do exercício	719.303	360.448	1.077.830	664.924
Caixa e equivalentes do final do exercício	103.645	719.303	376.456	1.077.830
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(615.658)	358.855	(701.374)	412.906



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ímpar Serviços Hospitalares S.A. (“ÍMPAR”), em conjunto com suas controladas (conjuntamente “Companhia”, “Grupo” ou “Rede Américas”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia atua de forma integrada na prestação de serviços de assistência à saúde, sendo um dos principais grupos hospitalares do país, com operações concentradas em hospitais gerais, hospitais de alta complexidade, unidades especializadas em oncologia, clínicas ambulatoriais e serviços diagnósticos, atuando predominantemente no mercado privado de saúde suplementar e atendimento particular.

1.1 Objetivo social e principais atividades

As principais atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas compreendem, entre outras:

- prestação de serviços hospitalares e de pronto atendimento;
- atendimento médico e ambulatorial em diversas especialidades;
- realização de procedimentos de alta e média complexidade, incluindo serviços oncológicos;
- realização de exames, terapias e diagnósticos relacionados à saúde humana;
- disponibilização de infraestrutura hospitalar para ensino, pesquisa e aperfeiçoamento de profissionais da área da saúde; e
- participação societária em outras entidades atuantes no setor de saúde.

As operações da Companhia são realizadas por meio de unidades hospitalares próprias e controladas, distribuídas em diferentes regiões do território nacional, com destaque para os grandes centros urbanos concentrados nos estados do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

1.2 Estrutura societária e controle conjunto

A partir de 1º de abril de 2025, a ÍMPAR passou a ser classificada como um empreendimento controlado em conjunto (“*joint-venture*”), em decorrência da celebração de um Acordo de Associação entre seus acionistas, Diagnósticos da América S.A. (“DASA”) e Amil Assistência Médica Internacional S.A. (“AMIL”).

Nos termos do referido acordo, cada um dos acionistas passou a deter 50% da participação no capital votante da ÍMPAR, com estrutura de governança que assegura o controle compartilhado, exigindo consenso entre os sócios nas decisões relevantes sobre as atividades da Companhia, conforme definido nos pronunciamentos CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Em decorrência dessa alteração na estrutura de controle:

- a Companhia deixou de ser controlada de forma exclusiva por um único acionista; e
- as decisões estratégicas, operacionais e financeiras relevantes passaram a depender de aprovação conjunta dos acionistas.

1.3 Reorganizações societárias e cisões

Como parte da implementação do Acordo de Associação, foram realizadas operações de reorganização societária, incluindo:

- cisão parcial de determinados ativos e operações, notadamente unidades hospitalares e clínicas localizadas na região Nordeste, bem como certos imóveis operacionais, que deixaram de integrar o perímetro da ÍMPAR, designadamente o Hospital São Domingos Ltda. e Neuro Imagens Ltda. (em conjunto “Hospital São Domingos”), a investida Navegantes Investimentos e Participações S.A. (“Hospital da Bahia”) e as clínicas AMO Participações S.A., Paquetá Participações S.A., GEM Assistência Médica Especializada S.A. e Clínica Solução Médica Ltda. (em conjunto “Clínicas AMO”), localizados na região Nordeste (“hospitais região nordeste”), e certos imóveis próprios, principalmente nos quais operam o Hospital do Paraná e o Hospital Cristóvão da Gama Diadema, que foram cindidos da ÍMPAR e passaram a ser detidos direta ou indiretamente pela DASA. Os valores totais cindidos corresponderam a R\$3.748.011, conforme detalhado na nota 1.3.1.
- contribuição de ativos à Companhia por parte do acionista AMIL, envolvendo participações societárias em hospitais e clínicas oncológicas, especificamente ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A (“ESHO”) e Hospital Alvorada Taguatinga Ltda. (“HAT”), companhias que detêm direta ou indiretamente os hospitais e clínicas oncológicas da Rede Américas (exceto o Hospital Promater e o Hospital Monte Klinikum, localizados na região Nordeste). O valor total do acervo líquido contribuído, a valores contábeis, correspondeu a R\$2.909.767, conforme detalhado na nota 1.3.2.

Adicionalmente, em 1º de abril de 2025 entrou em vigor o Acordo de Acionistas da ÍMPAR, firmado entre DASA e AMIL, como também foram assinados certos contratos previstos no Acordo de Associação a saber:

- Contratos temporários de compartilhamento de despesas entre (i) ÍMPAR e DASA e (ii) ÍMPAR e AMIL, visando dar suporte a certas atividades que ainda não foram segregadas de DASA e AMIL, respectivamente, por um período de transição;
- Contrato de compartilhamento de despesas entre DASA e ÍMPAR, cobrindo certas despesas administrativas da ÍMPAR com relação às operações do Hospital São Domingos, Hospital da Bahia e AMO detidas pela DASA; e
- Contratos de locação de imóveis onde operam certos hospitais ou clínicas da ÍMPAR, incluindo os contribuídos pela AMIL no fechamento, tendo como locadores a AMIL, a DASA e acionistas do grupo de controle da DASA.

Em continuidade à formalização da *joint-venture*, após o fechamento do Acordo de Associação, as partes celebraram diversos aditamentos ao Acordo de Associação, destacando-se o 5º e o 6º aditamentos, os quais contemplaram os seguintes objetivos principais:

- 5º Aditamento: Em 21 de fevereiro de 2025, as partes aditaram o Acordo de Associação com o objetivo de estabelecer ajustes e equalizações de determinados valores utilizados na apuração da dívida líquida e do capital de giro alvo, bem como revisões nos prazos e procedimentos para conclusão dos ajustes pós-fechamento. Esse aditamento também formalizou a definição final dos montantes de contribuições de capital e das

indenizações entre as partes, sem alteração na estrutura societária ou nos percentuais de participação.

- 6º Aditamento: Em 22 de setembro de 2025, os acionistas aditaram o Acordo de Associação determinando ajustes adicionais relativos a indenizações devidas por DASA e AMIL à ÍMPAR, prevendo que tais pagamentos seriam efetuados de forma líquida entre as partes, considerando as compensações mútuas. O aditamento também incluiu a definição de despesas passíveis de indenização, abrangendo valores incorridos pela *joint-venture* após o início de suas operações, desde que vinculados a eventos anteriores a esse evento, além de reforçar os procedimentos de apuração, comprovação e liquidação desses valores.

No terceiro trimestre de 2025, em decorrência do 6º Aditamento, a Companhia reconheceu indenizações por perdas incorridas causadas pelo acionista DASA, no montante de R\$167.853, sendo registrado como recuperações de despesas no grupo de “outras receitas e despesas operacionais”, com contrapartida em “créditos com partes relacionadas”, no ativo circulante acrescido de correção monetária de R\$16.056, deduzido do valor recebido do acionista do montante de R\$62.474 totalizando R\$121.435 em 31 de dezembro de 2025. O cronograma de pagamento dos valores remanescentes está previsto para janeiro de 2026, abril de 2026 e setembro de 2027, nos montantes atualizados de R\$46.206, R\$46.206 e R\$29.023, respectivamente.

- Os aditamentos em questão, acima mencionados, não alteraram a natureza do controle conjunto da Companhia, nem os direitos e obrigações essenciais de DASA e AMIL, mantendo-se a ÍMPAR como *joint-venture* controlada em conjunto para fins contábeis e societários.

Com base no acima exposto, cabe destacar que a posição financeira e resultados operacionais da Companhia para os períodos subsequentes à contribuição dos ativos líquidos efetuados pela AMIL e a cisão dos ativos e passivos a DASA, conseqüentemente a formação da *joint-venture* não são comparáveis diretamente aos montantes anteriores a referida formação e aqui apresentados para fins de comparabilidade, conforme requerido pelas normas de contabilidade vigentes, sendo importante considerar os impactos apresentados nas notas 1.3.1 e 1.3.2 apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3.1 Acervo líquido cindido pela ÍMPAR a DASA, em 31 de março de 2025

Descrição	Controladora	Consolidado							Total
	Ímpar	HBA	HSD	Neuro Imagens	AMO	Innova Real State	Marimed Real State	Ativos e passivos da controladora	
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.563	83.051	153	123.472	5	-	-	220.244
Contas a receber de clientes	-	193.813	467.390	(333)	177.845	-	-	-	838.715
Estoques	-	6.361	48.442	-	23.743	-	-	-	78.546
Tributos a recuperar	-	7.634	42.644	405	12.086	-	-	-	62.769
Despesas antecipadas	-	2.671	-	-	717	-	-	-	3.388
Tributos diferidos	-	17.886	13.968	35	3.350	-	-	-	35.239
Depósitos judiciais	2.398	12.081	1.213	-	936	-	-	2.398	16.628
Outros créditos	135.947	84.166	10.512	(55)	13.982	-	-	135.947	244.552
Investimentos	3.795.948	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	236.714	303.440	86.482	6.562	47.533	55.849	13.806	266.472	780.144
Direito de uso	-	35.134	258.153	-	39.580	-	-	-	332.867
Intangível	-	4.769	3.756	8	80.996	-	-	2.902.575	2.992.104
Total do ativo	4.171.007	681.518	1.015.611	6.775	524.240	55.854	13.806	3.307.392	5.605.196
Passivo									
Fornecedores	-	(17.960)	(79.992)	(8)	(74.045)	-	-	-	(172.005)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(23.391)	(37.597)	(250)	(9.105)	-	-	-	(70.343)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(6)	(67.007)	-	(5.349)	-	-	-	(72.362)
Impostos e contribuições a recolher	-	(24.429)	(33.943)	(25)	(7.487)	-	-	-	(65.884)
Contas a pagar por aquisição de controlada	(422.996)	-	-	-	(7.178)	-	-	(422.996)	(430.174)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(9.333)	-	-	-	-	-	(9.333)
Tributos diferidos	-	-	-	-	(7.082)	-	-	-	(7.082)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-	(31.382)	(5.108)	-	(150)	-	-	-	(36.640)
Partes relacionadas	-	(120.499)	(194.566)	(963)	(111.846)	-	(10)	-	(427.884)
Passivos de arrendamentos	-	(47.948)	(271.438)	-	(41.261)	-	-	-	(360.647)
Outras contas a pagar e provisões	-	(79.494)	(101.062)	(6)	(10.087)	-	-	-	(190.649)
Total do passivo	(422.996)	(345.109)	(800.046)	(1.252)	(273.590)	-	(10)	(422.996)	(1.843.003)
Acervo líquido total	3.748.011	336.409	215.565	5.523	250.650	55.854	13.796	2.884.396	3.762.193
Participação de acionistas não controladores	-	(449)	-	-	(13.733)	-	-	-	(14.182)
Acervo líquido cindido	3.748.011	335.960	215.565	5.523	236.917	55.854	13.796	2.884.396	3.748.011
Redução do capital social									3.649.188
Variação do patrimônio líquido cindido entre a data do laudo de avaliação do valor contábil e a data da transação (reserva de capital)									98.823
Efeito da redução de capital no patrimônio líquido									3.748.011





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

1.3.2 Acervo líquido contribuído a ÍMPAR pela AMIL, em 1º de abril de 2025, valores contábeis

Descrição	ESHO / HAT
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	370.785
Contas a receber de clientes	1.128.848
Estoques	123.290
Tributos a recuperar	50.219
Despesas antecipadas	3.066
Tributos diferidos	586.098
Depósitos judiciais	42.166
Outros créditos	22.553
Imobilizado	434.435
Direito de uso	289.627
Intangível	1.013.463
Total do ativo	4.064.550
Passivo	
Fornecedores	(295.265)
Obrigações sociais e trabalhistas	(173.507)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4.225)
Impostos e contribuições a recolher	(57.412)
Contas a pagar por aquisição de controlada	(9.751)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(50)
Passivos de arrendamentos	(324.297)
Tributos diferidos	(35.520)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(42.548)
Outras contas a pagar e provisões	(207.056)
Total do passivo	(1.149.631)
Acervo líquido total	2.914.919
Participação de acionistas não controladores	(5.152)
Acervo líquido	2.909.767



1.3.3 Balanço de abertura da *joint-venture*, em 1º de abril de 2025*

Descrição	Ímpar	ESHO / HAT	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	158.119	370.785	528.904
Contas a receber de clientes	2.736.514	1.128.848	3.865.362
Estoques	193.105	123.290	316.395
Tributos a recuperar	129.489	50.219	179.708
Despesas antecipadas	29.697	3.066	32.763
Tributos diferidos	292.770	586.098	878.868
Depósitos judiciais	49.785	42.166	91.951
Outros créditos	130.788	22.553	153.341
Imobilizado	1.700.407	434.435	2.134.842
Direito de uso	1.162.415	289.627	1.452.042
Intangível	2.394.968	1.013.463	3.408.431
Total do ativo	8.978.057	4.064.550	13.042.607
Passivo			
Fornecedores	(502.094)	(295.265)	(797.359)
Debêntures	(3.009.084)	-	(3.009.084)
Obrigações sociais e trabalhistas	(335.120)	(173.507)	(508.627)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(148.426)	(4.225)	(152.651)
Impostos e contribuições a recolher	(154.831)	(57.412)	(212.243)
Contas a pagar por aquisição de controlada	(536.839)	(9.751)	(546.590)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(322)	(50)	(372)
Passivos de arrendamentos	(1.324.412)	(324.297)	(1.648.709)
Opção de venda concedida a acionistas não controladores	(74.163)	-	(74.163)
Partes relacionadas	(67.104)	-	(67.104)
Tributos diferidos	(896)	(35.520)	(36.416)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(85.640)	(42.548)	(128.188)
Outras contas a pagar e provisões	(377.267)	(207.056)	(584.323)
Total do passivo	(6.616.198)	(1.149.631)	(7.765.829)
Acervo líquido total	2.361.859	2.914.919	5.276.778
Participação de acionistas não controladores	(1.381)	(5.152)	(6.533)
Acervo líquido	2.360.478	2.909.767	5.270.245

(*) Não contempla operações de arrendamento firmadas pela ÍMPAR e suas subsidiárias em 1º de abril de 2025.

1.3.4 Aquisição de participação de não controladores

Em 15 de agosto de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas da participação minoritária remanescente (30%) na Nossa Senhora do Carmo Participações S.A., anteriormente detida pela MJF Participações S.A. ("MJF"), passando, assim, a deter 100% do capital social da referida investida.

A operação decorreu do exercício, pela MJF, da opção de venda prevista no Contrato de Opção celebrado em 2021, tendo a transferência das ações sido formalizada pelo valor total de R\$116.551, corrigido monetariamente pela variação do CDI desde 30 de maio de 2025 até 14 de agosto de 2025. O valor acordado incluiu também a contrapartida por eventuais proventos e/ou dividendos devidos à vendedora até a data da liquidação.

Nos termos do CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, a aquisição de participação de não controladores em controlada que já é consolidada deve ser tratada como transação patrimonial entre os acionistas, como consequência, não há reconhecimento de ágio nem efeito no resultado do exercício. A diferença entre o valor pago e a participação adquirida no patrimônio líquido da controlada, no montante de R\$ 131.849, é registrada diretamente no patrimônio líquido, em reservas de capital.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

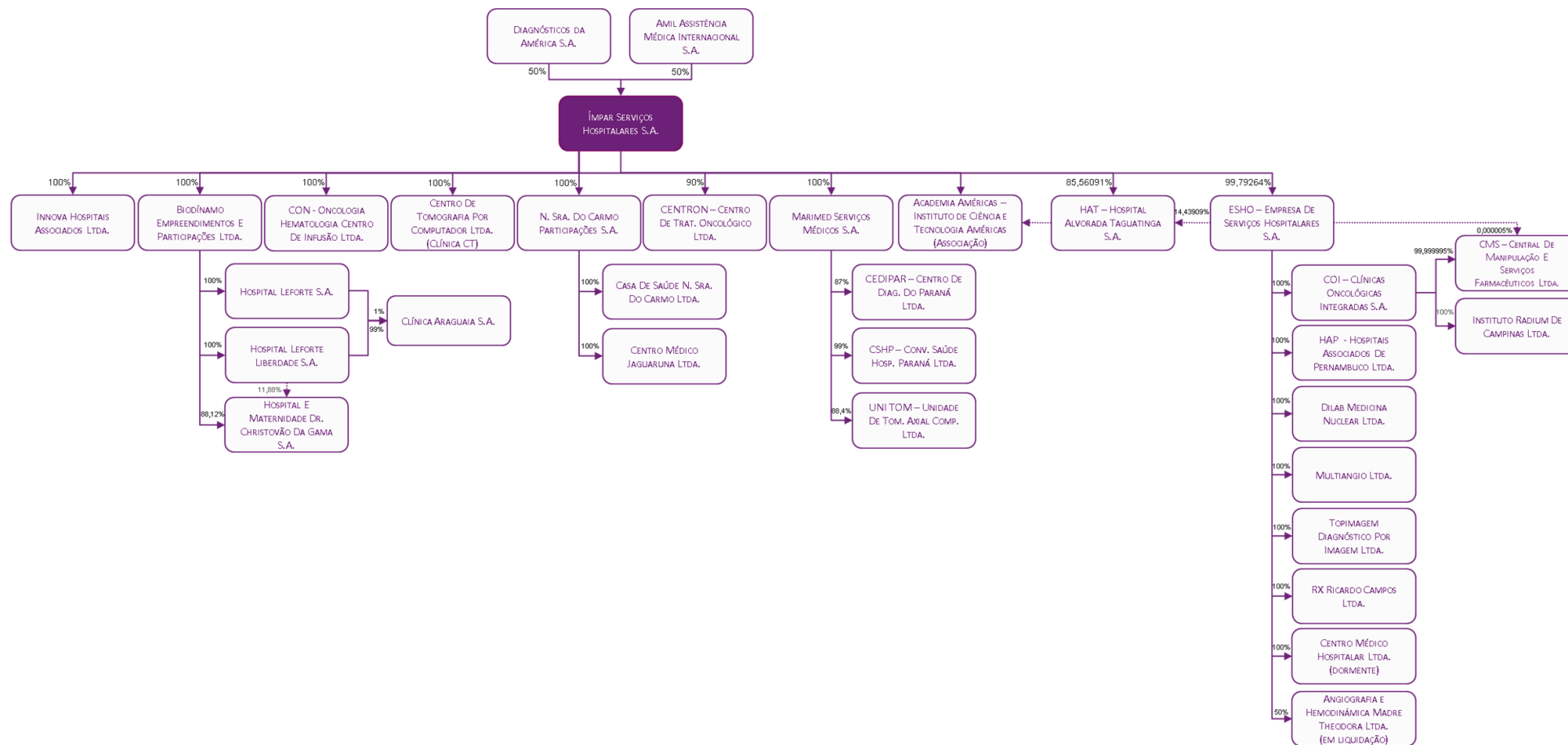
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

1.4 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:



1.4.1 Participações societárias comparativas

Apresentam-se abaixo as alterações nas participações societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	31.12.2025	31.12.2024
Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda.	Direto	Participações societárias	100,00%	100,00%
Hospital Leforte S.A.	Indireto	Serviços hospitalares	100,00%	100,00%
Hospital Leforte Liberdade S.A.	Indireto	Serviços hospitalares	100,00%	100,00%
Clínica Araguaia S.A.	Indireto	Serviços médicos e ambulatoriais	100,00%	100,00%
Hospital e Maternidade Cristóvão da Gama S.A.	Indireto	Serviços hospitalares	100,00%	100,00%
Centro de Tomografia por Computador Ltda.	Direto	Serviços hospitalares	100,00%	100,00%
Centron - Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	Direto	Serviços hospitalares	90,00%	90,00%
CON - Oncologia Hematologia Centro de Infusão Ltda.	Direto	Clínica quimioterápica	100,00%	100,00%
ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Direto	Serviços hospitalares	99,79%	-
Centro Médico Hospitalar Ltda.	Indireto	Empresa dormente	100,00%	-
COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A.	Indireto	Clínica quimioterápica	100,00%	-
CMS - Central de Manipulação e Serv. Farmac. Ltda.	Indireto	Produtos farmacêuticos	100,00%	-
Instituto Radium de Campinas Ltda.	Indireto	Serviços médicos e ambulatoriais	100,00%	-
HAP - Hospitais Associados de Pernambuco Ltda.	Indireto	Serviços hospitalares	100,00%	-
Dilab Medicina Nuclear Ltda.	Indireto	Diagnóstico por imagem	100,00%	-
Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda.	Indireto	Diagnóstico por imagem	100,00%	-
RX Ricardo Campos Ltda.	Indireto	Diagnóstico por imagem	100,00%	-
Multiangio Ltda.	Indireto	Serviços hospitalares	100,00%	-
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga S.A.	Direto	Serviços hospitalares	100,00% ⁽ⁱ⁾	-
ICT - Academia Américas - Inst. de Ciência e Tecn. Américas	Direto	Associação para pesquisa e ensino	100,00%	-
Innova Hospitais Associados Ltda.	Direto	Serviços hospitalares	100,00%	100,00%
Marimed Serviços Médicos S.A.	Direto	Serviços médicos e ambulatoriais	100,00%	97,68%
Cedipar - Centro de Diagnóstico do Paraná Ltda.	Indireto	Serviços hospitalares	86,99%	86,99%
CSHP - Conv, Saúde Hospital Paraná Ltda.	Indireto	Serviços hospitalares	99,00%	99,00%
UNI TOM - Unidade de Tomografia Axial Comp. Ltda.	Indireto	Serviços de ressonância	88,44%	88,44%
Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.	Direto	Participações societárias	100,00%	70,00%
Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo Ltda.	Indireto	Serviços hospitalares	100,00%	100,00%
Centro Médico Jaguaruna Ltda.	Indireto	Clínica quimioterápica	100,00%	100,00%

⁽ⁱ⁾ A Companhia possui 85,56% de participação direta e 14,44% de participação indireta, por meio da controlada ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A., na controlada HAT - Hospital Alvorada Taguatinga S.A.

1.5 Regulamentações aplicáveis a operação da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação por órgãos governamentais e entidades reguladoras, incluindo, principalmente:

- Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”);
- Conselhos profissionais e autoridades sanitárias estaduais e municipais.

O cumprimento das normas regulatórias envolve requisitos relacionados à qualidade assistencial, segurança do paciente, estrutura física, habilitação profissional, práticas de governança clínica e padrões operacionais, os quais podem impactar os custos operacionais, investimentos e resultados do Grupo.

1.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando, entre outros fatores:

- a estrutura de capital existente;

- a geração de caixa operacional;
- o acesso a linhas de crédito e financiamentos;
- o cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias; e
- as projeções econômico-financeiras aprovadas pela Administração.

Adicionalmente, a constituição do controle conjunto e a reorganização societária associada têm como principais objetivos estratégicos:

- fortalecimento da plataforma hospitalar da Rede Américas;
- aumento da escala operacional e da eficiência;
- ampliação do portfólio de serviços de alta complexidade; e
- geração de sinergias operacionais, assistenciais e financeiras.

Tais objetivos fortalecem a conclusão da Administração acerca da continuidade dos negócios, e que a Companhia possui recursos financeiros, operacionais e estrutura de capital adequados para manter suas atividades no curso normal dos negócios. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração acompanha continuamente os impactos das operações sobre o desempenho econômico-financeiro, a estrutura patrimonial e os fluxos de caixa da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), bem como estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e demais pronunciamentos aplicáveis, enquanto as demonstrações financeiras consolidadas atendem adicionalmente aos requisitos do CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, quando aplicável, bem como às normas relacionadas a negócios em conjunto, investimentos e participações societárias.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes ativos e passivos, que foram mensurados a valor justo ou a outros critérios de mensuração conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis:

- opções concedidas a acionistas não controladores, quando aplicável;
- determinados ativos e passivos assumidos em combinações de negócios, mensurados a valor justo na data da aquisição; e
- ativos e passivos de arrendamento reconhecidos conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, na data de início desses contratos.

Os valores justos utilizados, quando aplicável, foram determinados com base em técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e à natureza dos instrumentos, considerando dados observáveis de mercado sempre que disponíveis. A hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, está apresentada na nota 28.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, conforme definido no CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

As transações em moedas estrangeiras, quando existentes, são inicialmente registradas pela moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do exercício.

2.4 Uso de estimativas, premissas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e maior grau de incerteza incluem, mas não se limitam a:

- determinação das perdas esperadas de crédito sobre contas a receber;
- reconhecimento de receitas e contraprestação variável (“glosa”);
- definição da vida útil de ativos imobilizados e intangíveis;
- avaliação de recuperabilidade de ativos não financeiros;
- mensuração de ativos e passivos de arrendamento;
- reconhecimento e mensuração de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; e
- reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros afetados.

Em dezembro de 2025 a Administração da Companhia promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito, conforme detalhado na nota 3.4.

2.5 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Companhia incluem os investimentos em controladas registrados pelo método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas, incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, eliminando-se integralmente os saldos e transações *intercompany*, bem como receitas, custos e despesas não realizados, de acordo com o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Consolidação das Demonstrações Contábeis.

2.6 Comparabilidade das informações – reclassificação das cifras comparativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas relativas ao exercício social anterior. Quando necessário, determinados valores comparativos foram reclassificados para fins de melhor comparabilidade, no patrimônio líquido ou no resultado do exercício anteriormente apresentado.

As melhorias de apresentação realizadas para fins de comparabilidade dos saldos comparativos consistem em:

No Balanço Patrimonial:

- (1) Segregação em rubrica específica dos saldos de “Despesas antecipadas”, anteriormente apresentados sob a rubrica “Outros créditos”;
- (2) Segregação em rubrica específica dos saldos de “Opção de venda concedida a não controladores”, anteriormente apresentados sob a rubrica “Outras contas a pagar e provisões”;

Na Demonstração do Resultado do Exercício:

- (3) Segregação dos saldos de “Despesas comerciais”, anteriormente apresentado sob a rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A reclassificação foi realizada com base na natureza e função dos gastos e de acordo com a alocação dos recursos nas atividades da Companhia.

Os efeitos da reclassificação sobre os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado da Controladora e do Consolidado estão apresentados a seguir.

Descrição	Controladora		
	Original	Reclassificações	Reclassificado
Ativo			
Ativo circulante			
Despesas antecipadas	-	32.315	32.315
Outros créditos	197.690	(32.315) (1)	165.375
Passivo			
Passivo circulante			
Opção de venda concedida a não controladores		65.150	65.150
Outras contas a pagar e provisões	372.175	(65.150) (2)	307.025
Demonstração do resultado			
Despesas comerciais	-	(126.896)	(126.896)
Despesas gerais e administrativas	(873.608)	126.896 (3)	(746.712)



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição			Consolidado
	Original	Reclassificações	Reclassificado
Ativo			
Ativo circulante			
Despesas antecipadas	-	35.205	35.205
Outros créditos	224.807	(35.205) (1)	189.602
Passivo			
Passivo circulante			
Opção de venda concedida a não controladores		65.150	65.150
Outras contas a pagar e provisões	532.211	(65.150) (2)	467.061
Demonstração do resultado			
Despesas comerciais	-	(163.027)	(163.027)
Despesas gerais e administrativas	(1.287.696)	163.027 (3)	(1.124.669)

Adicionalmente, conforme destacado na nota 1.3, devido as mudanças ocorridas na estrutura societária da Companhia, os montantes apresentados referente a exercícios anteriores não são diretamente comparáveis aos do exercício corrente, devendo ser observados os efeitos apresentados nas notas 1.3.1 e 1.3.2, nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.7 Autorização para emissão

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de março de 2026, após a conclusão de todos os procedimentos de revisão e aprovações internas, observando-se as políticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da ÍMPAR e de suas controladas.

3.1 Consolidação e investimentos

3.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, nas quais o Grupo exerce controle, conforme definido no CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

O controle é caracterizado quando a ÍMPAR:

- detém poder sobre a investida;
- está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor de seus retornos.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

Na consolidação, são eliminados integralmente:



- os saldos e transações entre as empresas do Grupo;
- as receitas, custos e despesas não realizados; e
- os lucros e prejuízos não realizados decorrentes de transações intragrupo.

A participação de não controladores é apresentada separadamente no patrimônio líquido e no resultado consolidado.

3.2 Negócio em conjunto (“*joint-venture*”)

A ÍMPAR, em conjunto com suas controladas, é denominada um negócio controlado em conjunto conforme definido no CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

Tal denominação da Companhia como *joint-venture* decorre da existência de controle conjunto, caracterizado quando:

- duas ou mais partes compartilham o controle da entidade;
- as decisões sobre atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que compartilham o controle; e
- os direitos e obrigações das partes decorrem de acordos contratuais.

A partir de 1º de abril de 2025, com a entrada em vigor do Acordo de Associação celebrado entre DASA e AMIL, cada acionista passou a deter 50% da participação com direito a voto na Companhia, não havendo acionista controlador individual.

As cláusulas contratuais estabelecem governança compartilhada, com decisões estratégicas, operacionais e financeiras relevantes sujeitas à aprovação conjunta das partes, caracterizando controle conjunto nos termos do CPC 19 (R2) / IFRS 11– Negócios em Conjunto.

A Administração avaliou os direitos e obrigações decorrentes do Acordo de Associação e concluiu que:

- as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido da entidade; e
- não possuem direitos diretos sobre ativos específicos nem obrigações diretas sobre passivos específicos.

Dessa forma, a Companhia é denominada *joint-venture*, e não operação em conjunto (“*joint-operation*”), em conformidade com os critérios do CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando que a própria Companhia representa a estrutura operacional da *joint-venture*, os ativos, passivos, receitas e despesas do Grupo são apresentados de forma consolidada, refletindo a substância econômica da operação integrada da Rede Américas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) registrado nas demonstrações financeiras consolidadas decorre de combinações de negócios ocorridas em períodos anteriores à constituição da *joint-venture* e reflete benefícios associados, entre outros, a:

- sinergias operacionais;
- ganhos de escala;
- maior poder de negociação com operadoras de planos de saúde e fornecedores; e
- integração da plataforma hospitalar.

O *goodwill* encontra-se alocado à Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) única, Rede Américas, conforme descrito nas notas 3.3 e 13.2, sendo testado anualmente para redução ao valor recuperável.

3.3 Informações por segmento operacional

As informações por segmento operacional da Companhia são apresentadas de acordo com o CPC 22/IFRS 8 – Informações por Segmento, e baseiam-se na estrutura de relatórios internos utilizados pela Administração para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

O tomador de decisões operacionais principais, *Chief Operating Decision Maker* (“CODM”), da Companhia é representado pelo Conselho de Administração, que é responsável por:

- definir a estratégia do negócio;
- aprovar orçamentos e investimentos;
- alocar recursos; e
- avaliar o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

As decisões do CODM são tomadas exclusivamente com base em informações consolidadas da Companhia, não havendo avaliação formal de desempenho ou alocação de recursos com base em resultados de hospitais individuais ou outras subdivisões operacionais.

Com base na estrutura de governança, no modelo de gestão e na forma como o desempenho é avaliado pelo CODM, a Administração concluiu que a Companhia opera como um único segmento operacional, uma vez que:

- as unidades hospitalares atuam de forma integrada;
- as decisões estratégicas e operacionais são tomadas de maneira centralizada;
- o orçamento, os gastos com investimentos e as metas de desempenho são definidos e monitorados no nível consolidado; e
- não existem indicadores operacionais ou financeiros reportados regularmente ao CODM por hospital individual.

Essa definição está alinhada à forma como o Grupo é gerido e é consistente com a definição da UGC adotada para fins de teste de recuperabilidade dos ativos, conforme descrito na nota 13.2, dessas demonstrações financeiras.

As unidades hospitalares do Grupo não possuem autonomia econômica, uma vez que:

- a negociação com operadoras de planos de saúde é realizada de forma centralizada;
- a precificação, faturamento, cobrança e gestão de glosas ocorrem no nível da rede;
- o financiamento e os *covenants* são corporativos;
- a gestão de caixa é centralizada; e
- existe subsídio cruzado permanente entre as unidades operacionais.

Embora a Administração acompanhe, para fins gerenciais, determinadas informações operacionais por unidade hospitalar, tais informações não são utilizadas pelo CODM para fins de alocação de recursos ou avaliação formal de desempenho, não caracterizando segmentos operacionais distintos.

Considerando que a Companhia possui um único segmento operacional, as informações financeiras requeridas pelo CPC 22 / IFRS 8 – Informações por Segmento, correspondem aos valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo, entre outros:

- receita líquida;
- resultado operacional;
- lucro antes das despesas com depreciação e amortização, juros e impostos;
- lucro (prejuízo) do exercício;
- ativos e passivos totais; e
- gastos com investimentos.

Não há reconciliações entre informações por segmento e as demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que tais valores são coincidentes.

As receitas da Companhia são geradas predominantemente no território nacional, não sendo relevante a divulgação de informações geográficas adicionais.

A Companhia possui dois clientes que individualmente representam 10% ou mais da receita consolidada, considerando a diversificação da base de operadoras de planos de saúde e pacientes, correspondendo a 27% e 14% da receita líquida total do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Não foram identificados clientes que representassem 10% ou mais da receita consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.4 Mudança de estimativa – provisão para perdas esperadas de crédito

Em dezembro de 2025, a Administração promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito relacionada às contas a receber das companhias que passaram a compor a Rede Américas em 1º de abril de 2025, com o objetivo de refletir de forma unificada o perfil de risco da carteira, à luz de informações mais recentes e da evolução do comportamento histórico de recebimentos.

A mudança envolveu o aperfeiçoamento das premissas e parâmetros utilizados na mensuração das perdas esperadas, incluindo, entre outros aspectos, ajustes na segmentação da carteira, na base histórica utilizada e na incorporação de informações prospectivas (*forward-looking*).

Essa alteração foi tratada como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente a partir de sua adoção, portanto, os valores comparativos não foram reapresentados.

O impacto dessa mudança resultou em um aumento da provisão para perdas esperadas de crédito no montante de R\$165.332 na controladora e R\$156.394 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com efeito correspondente no resultado do exercício.

3.5 Novos pronunciamentos

3.5.1 Pronunciamentos com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

3.5.1.1 Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, introduzindo novos requisitos para a avaliação da conversibilidade entre moedas e para a determinação da taxa de câmbio à vista aplicável quando a conversibilidade não estiver disponível. Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não efetuou operações nessas condições, portanto essa alteração não impactou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, aqui apresentadas.

3.5.2 Novos pronunciamentos a serem adotados em períodos e/ou exercícios subsequentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

3.5.2.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("*SPPI test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("*FVOCI*").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a serem futuramente emitidas.

3.5.2.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentem de forma adequada os efeitos de

contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como “*contracts referencing nature-dependent electricity*”. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting (cash flow hedge)* e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

3.5.2.3 CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários.

Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- 1) não obstante a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- 2) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.
- 3) o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- (i) medidas de desempenho definidas pela administração;
- (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e

(iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

3.5.2.3 IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações e alterações

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores.

O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.5.3 Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards – Vol 11*)

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação";

IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.5.4 Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação

Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.5.5 Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem:

- caixa;
- depósitos bancários à vista; e
- aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos e composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentados a seguir:

Descrição	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	-	10.272	26.050	73.665	135.384
Operações compromissadas e certificados de depósito bancário	13,12%	93.373	693.253	302.791	942.446
		<u>103.645</u>	<u>719.303</u>	<u>376.456</u>	<u>1.077.830</u>

5. CONTAS A RECEBER

As contas a receber da Companhia são originadas, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos e diagnósticos, sendo compostas principalmente por valores a receber de operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor proporção, de outros convênios e entes públicos, quando aplicável.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a receber, líquidas de descontos comerciais e contratuais, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As contas a receber são classificadas como ativo circulante ou não circulantes, de acordo com o prazo que se espera sua realização no curso normal das operações.

Os saldos e composição das contas a receber estão apresentados a seguir:



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber de clientes				
Partes relacionadas:				
Convênios	172.533	-	442.530	-
Particulares	-	-	1.464	-
Serviços a faturar	72.684	-	444.022	-
	<u>245.217</u>	<u>-</u>	<u>888.016</u>	<u>-</u>
Terceiros:				
Convênios	802.465	988.738	1.375.913	1.575.192
Particulares	144.740	86.584	270.409	162.224
Serviços a faturar	522.835	610.597	923.832	1.300.303
	<u>1.470.040</u>	<u>1.685.919</u>	<u>2.570.154</u>	<u>3.037.719</u>
Total a receber de partes relacionadas e terceiros	<u>1.715.257</u>	<u>1.685.919</u>	<u>3.458.170</u>	<u>3.037.719</u>
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	(108.321)	(111.737)	(176.652)	(140.041)
Total a receber de partes relacionadas e terceiros	<u>1.606.936</u>	<u>1.574.182</u>	<u>3.281.518</u>	<u>2.897.678</u>
Contas a receber contraprestação variável	638.753	524.113	1.057.018	778.945
Contas a receber contraprestação variável, partes relacionadas	5.860	-	8.756	-
Perdas esperadas de contraprestação variável (glosa)	(359.455)	(174.466)	(563.993)	(342.023)
	<u>285.158</u>	<u>349.647</u>	<u>501.781</u>	<u>436.922</u>
Total contas a receber de clientes, líquido	<u>1.892.094</u>	<u>1.923.829</u>	<u>3.783.299</u>	<u>3.334.600</u>

5.1 Modelo de perdas esperadas de crédito (*Expected Credit Losses – ECL*)

A Companhia adota o modelo de perdas esperadas de crédito para mensuração da provisão para perdas sobre contas a receber, conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, aplicando o modelo simplificado, o qual requer o reconhecimento de perdas esperadas ao longo da vida do ativo desde o reconhecimento inicial, sem a necessidade de identificar aumento significativo no risco de crédito.

Esse modelo é considerado apropriado tendo em vista:

- a natureza da temporalidade das contas a receber;
- a inexistência de componente financeiro significativo; e
- o elevado volume de transações recorrentes com operadoras de saúde.

Para fins de mensuração das perdas esperadas, as contas a receber são segmentadas em grupos homogêneos de risco, considerando, entre outros critérios:

- histórico de inadimplência e glosas;
- perfil de crédito e rating interno das operadoras;
- comportamento histórico de pagamento;
- prazos contratuais e condições de cobrança; e
- garantias contratuais, quando aplicável.

Essa segmentação é consistente com as práticas de mercado adotadas por grandes grupos hospitalares e permite uma avaliação mais precisa do risco de crédito.

A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de matriz de provisão, que combina:



- taxas históricas de perda, baseadas em dados observáveis de inadimplência, glosas e recuperações;
- ajustes prospectivos (*forward-looking*), refletindo condições econômicas atuais e expectativas razoáveis e sustentáveis sobre eventos futuros; e
- fatores específicos do setor de saúde, incluindo alterações regulatórias, comportamento das operadoras e ambiente macroeconômico.

As taxas históricas são periodicamente revisadas para assegurar que permaneçam representativas do risco atual da carteira.

A Administração incorpora informações prospectivas relevantes na mensuração das perdas esperadas, considerando, entre outros fatores:

- cenário macroeconômico;
- condições do setor de saúde complementar;
- solvência e desempenho financeiro das operadoras de planos de saúde;
- tendências de glosas e disputas contratuais; e
- alterações regulatórias que possam afetar a capacidade de pagamento das contrapartes.

Quando apropriado, são utilizados cenários múltiplos ponderados por probabilidade, de forma consistente com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, assegurando que a provisão reflita não apenas eventos passados, mas também expectativas futuras razoáveis.

Valores sujeitos a glosas (contas a receber contraprestação variável), contestação administrativa ou disputa contratual são avaliados, considerando:

- estágio do processo de contestação;
- histórico de êxito em recuperações;
- cláusulas contratuais aplicáveis; e
- pareceres jurídicos e operacionais, quando relevantes.

Quando a Administração entende que a recuperação é improvável ou incerta, os valores são incluídos na provisão para perdas esperadas ou baixados diretamente contra o resultado, conforme o caso, os valores em aberto são 100% provisionados quando atingem 1080 dias em aberto.

As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação, após esgotadas as medidas de cobrança administrativa e/ou judicial, conforme políticas internas aprovadas pela Administração.

As recuperações de créditos previamente baixados são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem.

O modelo de perdas esperadas é revisto periodicamente pela Administração, com suporte das áreas financeira, de crédito e de faturamento, e considera informações internas e externas relevantes.

As estimativas envolvem julgamentos significativos e estão sujeitas a incertezas, podendo os resultados efetivos diferirem das estimativas utilizadas.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.1.1 Composição de contas a receber de convênios e particulares, por vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
A faturar	595.518	610.597	1.367.854	1.300.303
A vencer	555.557	784.186	1.104.741	1.227.060
Vencidos				
Até 90 dias	204.924	130.652	471.639	296.649
91 a 180 dias	81.718	24.817	130.213	38.377
181 a 360 dias	143.862	40.569	205.295	56.592
Acima de 360 dias	133.678	95.098	178.428	118.738
	<u>1.715.257</u>	<u>1.685.919</u>	<u>3.458.170</u>	<u>3.037.719</u>

5.1.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber de convênios e particulares

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(111.737)</u>	<u>(140.041)</u>
Contribuição recebida na formação da JV	-	(100.411)
Baixa por cisão	-	12.278
Mudança de estimativa	(7.653)	50.763
Adição	(13.497)	(59.352)
Reversão	24.566	60.111
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(108.321)</u>	<u>(176.652)</u>

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(70.383)</u>	<u>(101.614)</u>
Adição	(43.418)	(40.030)
Reversão	2.064	1.603
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(111.737)</u>	<u>(140.041)</u>



5.1.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas de contraprestação variável (glosas)

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(174.466)</u>	<u>(342.023)</u>
Contribuição recebida na formação da JV	-	(50.917)
Baixa por cisão	-	72.810
Mudança de estimativa	(157.679)	(207.157)
Adição	(28.727)	(44.903)
Reversão	1.417	8.197
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(359.455)</u>	<u>(563.993)</u>

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(108.686)</u>	<u>(194.573)</u>
Adição	(74.839)	(151.252)
Reversão	9.059	3.802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(174.466)</u>	<u>(342.023)</u>

6. ESTOQUES

Os estoques são compostos, principalmente, por medicamentos, materiais médico-hospitalares, órteses, próteses e materiais especiais ("OPME") e demais insumos utilizados na prestação de serviços assistenciais.

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio ponderado e o valor realizável líquido, conforme o CPC 16 / IAS 2 – Estoques.

Considerando que a Companhia não comercializa esses materiais de forma individual no curso normal de suas operações, mas os consome internamente como parte integrante da prestação de serviços hospitalares, o valor realizável líquido corresponde ao valor econômico recuperável por meio da utilização desses estoques na prestação dos serviços, limitado ao montante que se espera recuperar por meio da receita assistencial, deduzido de eventuais perdas por vencimento, obsolescência, deterioração ou baixa rotatividade.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos estoques, considerando, entre outros fatores:

- a data de validade e condições de armazenamento;
- a rotatividade histórica e projetada;
- mudanças em protocolos clínicos ou assistenciais;
- ocorrências de perdas, danos ou inutilização; e
- estimativas de consumo futuro.

Provisões para perdas de estoques são constituídas quando identificada a impossibilidade de utilização ou recuperação econômica dos materiais, sendo reconhecidas no resultado do exercício.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Materiais médicos e medicamentos	152.224	114.708	346.382	192.816
Materiais especiais e relacionados a órteses e próteses	16.236	8.923	22.512	15.746
Materiais para cirurgias robóticas	21.240	10.384	21.115	11.293
Materiais de consumo geral	7.012	6.866	18.513	37.762
(-) Provisão para obsolescência	-	-	(88)	-
	<u>196.712</u>	<u>140.881</u>	<u>408.434</u>	<u>257.617</u>

6.1 Movimentação da provisão para perdas com obsolescência de estoques

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para obsolescência do período:

Descrição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Contribuição recebida na formação da JV	(1.942)
Reversões	1.854
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(88)</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os tributos a recuperar da Companhia correspondem a créditos tributários reconhecidos em decorrência de pagamentos efetuados a maior, retenções na fonte, saldos negativos de tributos, incentivos fiscais e compensações, reconhecidos de acordo com a legislação tributária aplicável e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os tributos a recuperar compreendem, principalmente: (i) imposto de renda e contribuição social retidos na fonte; (ii) PIS e COFINS a recuperar; (iii) ICMS a recuperar, quando aplicável; (iv) ISS pago a maior ou indevidamente; (v) créditos decorrentes de compensações fiscais; (vi) saldos negativos de imposto de renda e contribuição social; e (vii) outros créditos tributários de natureza semelhante. Esses créditos são reconhecidos quando existe direito legal ou contratual de recuperação, o valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros serão realizados, seja por compensação com tributos devidos, seja por restituição em dinheiro.

Os tributos a recuperar são mensurados pelo valor esperado de realização, considerando a natureza do crédito, os prazos legais para compensação ou restituição, a experiência histórica de realização, eventuais limitações legais ou administrativas e riscos de glosa ou questionamento pelas autoridades fiscais. Os valores não são ajustados a valor presente, por não apresentarem efeito relevante de desconto.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS	9.346	25.695	16.536	36.463
IRPJ e CSLL	39.041	27.178	89.484	61.366
INSS	4.215	4.211	43.151	12.406
ISS	7.577	5.524	10.000	120
Outros	1.890	1.147	5.592	3.244
	<u>62.069</u>	<u>63.755</u>	<u>164.763</u>	<u>113.599</u>
Circulante	54.122	63.755	156.816	113.599
Não circulante	7.947	-	7.947	-



8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas correspondem a gastos pagos antecipadamente pela Companhia que representam benefícios econômicos futuros, a serem apropriados ao resultado em períodos subsequentes, conforme o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Essas despesas referem-se, principalmente, a prêmios de seguros, contratos de manutenção e suporte, licenças de software, aluguéis e outros serviços recorrentes pagos antecipadamente.

As despesas antecipadas são registradas pelo custo incorrido e apropriadas ao resultado de forma linear, ou de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico, ao longo do período de vigência do respectivo contrato ou cobertura.

Os saldos são classificados no ativo circulante ou não circulante com base na expectativa de apropriação ao resultado e são avaliados periodicamente quanto à recuperabilidade, sendo baixados ao resultado quando não houver expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Licença de software com prazo determinado < 12 meses	13.260	-	14.282	-
Seguros a apropriar	16.863	14.085	18.040	14.488
Aluguéis pagos antecipadamente	-	14.750	-	14.749
Outras despesas antecipadas	-	3.480	757	5.968
	<u>30.123</u>	<u>32.315</u>	<u>33.079</u>	<u>35.205</u>
Circulante	23.467	-	26.423	-
Não circulante	6.656	-	6.656	-

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados em juízo pela Companhia para garantia de discussões judiciais, administrativas ou fiscais, em conformidade com a legislação aplicável.

Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor depositado e apresentados no ativo não circulante, exceto quando a expectativa de liberação ou compensação ocorrer dentro de 12 meses após a data do balanço, caso em que são classificados no ativo circulante.

Os depósitos judiciais não são compensados com as respectivas provisões para contingências, quando existentes, sendo estas reconhecidas separadamente no passivo, conforme o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos depósitos judiciais, considerando a natureza das demandas, o estágio processual e a expectativa de desfecho. Quando houver decisão favorável definitiva, os valores são reclassificados para caixa, compensados com tributos devidos ou reconhecidos no resultado, conforme o caso. Em caso de decisão desfavorável, o depósito é baixado contra a provisão constituída, se aplicável, ou reconhecido no resultado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas e cíveis	21.830	18.429	109.346	62.637
Fiscais e previdenciários	1.485	1.351	6.131	2.600
	<u>23.315</u>	<u>19.780</u>	<u>115.477</u>	<u>65.237</u>

10. INVESTIMENTOS

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em controladas, são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Apresenta-se abaixo as posições de investimentos e/ou passivo a descoberto, quando aplicável em controladas diretas da Companhia:

Descrição	% de participação	Controladora	
		31.12.2025	31.12.2024
AMO Participações S.A.	-(i)	-	90.559
Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00%	727.446	256.192
Centro de Tomografia por Computador Ltda.	100,00%	6.095	17.995
Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	90,00%	10.637	21.190
CON - Oncologia Hematologia Centro de Infusão Ltda.	100,00%	15.359	8.441
ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	99,79%	2.255.739	-
GEM Assistência Médica Especializada S.A.	-(i)	-	66.757
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	85,56% ⁽ⁱⁱ⁾	363.698	-
Hospital São Domingos Ltda.	-(i)	-	162.815
Innova Hospitais Associados Ltda.	100,00%	44.208	35.307
Innova Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-(i)	-	56.301
Marimed Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-(i)	-	14.007
Marimed Serviços Médicos S.A.	100,00%	55.792	(16.551)
Navegantes Investimentos e Participações S.A.	-(i)	-	242.146
Neuro Imagens Ltda.	-(i)	-	5.120
Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.	100,00%	209.729	5.825
Paquetá Participações S.A.	-(i)	-	66.062
Total de investimentos em controladas		3.688.703	1.032.166
Ágio e mais-valia na aquisição de participações		2.129.007	5.222.188
Total de investimentos		5.817.710	6.254.354

(i) Participação societária baixada em função da cisão realizada como parte do processo de reestruturação para a criação da *joint-venture* (vide nota 1.3).

(ii) A controlada ESHO detém o montante remanescente de participação societária na HAT, portanto, para fins de consolidação, por meio de participação indireta a ÍMPAR, consolida 100% dos ativos, passivos e resultados da HAT.

Apresenta-se a seguir a movimentação dos investimentos no exercício:



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

10.1 Movimentação dos investimentos no exercício

Controlada	31.12.2024	Aporte formação JV (nota 1.3)	Aumento e adiantamento para futuro aumento do capital social	Transações com minoritários	Aumento (redução) do capital social sem efeito em caixa	Resultado de equivalência patrimonial	(Declaração) reversão de dividendos e juros sobre o capital próprio	Constituição de tributos diferidos sobre mais-valias	Amortização de mais-valias	Transferências	Reclassificações	Baixa por cisão (nota 1.3)	Outras movimentações	31.12.2025
AMO Participações S.A.	90.559	-	-	-	-	8.079	-	-	-	(90.568)	-	(8.070)	-	-
Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda.	256.192	-	332.680	-	(42.257)	27.436	-	-	-	157.097	-	-	(3.702)	727.446
Centro de Tomografia por Computador Ltda.	17.995	-	-	-	-	4.669	(16.569)	-	-	-	-	-	-	6.095
CENTRON - Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	21.190	-	-	-	-	(10.449)	-	-	-	-	-	-	(104)	10.637
CON - Oncologia Hematologia Centro de Infusão Ltda.	8.441	-	-	-	-	6.918	-	-	-	-	-	-	-	15.359
ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	-	2.479.360	-	-	(367.804)	234.267	(90.087)	-	-	-	-	-	-	2.255.736
GEM Assistência Médica Especializada S.A.	66.757	-	-	-	-	385	-	-	-	156.630	-	(223.772)	-	-
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	-	430.407	-	-	(63.706)	(3.003)	-	-	-	-	-	-	-	363.698
Hospital São Domingos Ltda.	162.815	-	-	-	-	34.085	18.855	-	-	(1.043)	853	(215.565)	-	-
Innova Hospitais Associados Ltda.	35.307	-	18.362	-	-	473	(847)	-	-	-	(9.087)	-	-	44.208
Innova Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	56.301	-	-	-	-	(447)	-	-	-	-	-	(55.854)	-	-
Marimed Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.007	-	-	-	-	(210)	-	-	-	-	-	(13.797)	-	-
Navegantes Investimentos e Participações S.A.	242.146	-	80.500	-	-	(22.192)	-	-	-	35.508	-	(335.962)	-	-
Neuro Imagens Ltda.	5.120	-	150	-	-	(790)	-	-	-	1.043	-	(5.523)	-	-
Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.	5.825	-	-	(8.155)	258.323	(36.030)	(5.950)	-	-	(2.684)	(1.600)	-	-	209.729
Marimed Serviços Médicos S.A.	(16.551)	-	39.425	321	42.312	(9.716)	-	-	-	-	-	-	-	55.791
Paquetá Participações S.A.	66.062	-	-	-	-	5.072	-	-	-	(66.062)	-	(5.072)	-	-
	1.032.166	2.909.767	471.117	(7.834)	(173.132)	238.547	(94.598)	-	-	189.921	(9.834)	(863.615)	(3.806)	3.688.699
Ágio e mais-valias na aquisição de participações	5.222.188	-	-	-	-	-	-	54.587	(68.853)	(189.921)	44.264	(2.932.333)	(921)	2.129.011
Total	6.254.354	2.909.767	471.117	(7.834)	(173.132)	238.547	(94.598)	54.587	(68.853)	-	34.430	(3.795.948)	(4.727)	5.817.710

As transferências referem-se às reclassificações de saldos entre contas do investimento para adequação dos saldos de participação societária conforme o patrimônio líquido das controladas, anteriormente registrados como ágio por expectativa de rentabilidade futura e apresentados sob a mesma rubrica de “Investimentos”.

As reclassificações são compostas por: (i) R\$ 31.749 relativos a mais-valias de ativo imobilizado de empresas adquiridas, anteriormente contabilizadas e apresentadas sob a rubrica “Imobilizado” (nota 12); (ii) R\$ 12.515 relativos a mais-valia de marcas empresas adquiridas, anteriormente contabilizadas e apresentadas sob a rubrica “Intangível” (nota 13); (iii) R\$ (8.558) relativos a pagamentos de contas a pagar por aquisição de controladas, anteriormente contabilizadas e apresentadas sob a rubrica “Investimentos”; e outras movimentações relativas a outros ativos no montante de R\$ (1.276), anteriormente contabilizadas e apresentadas sob a rubrica “Investimentos”.





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	31.12.2023	Aporte de investimento pela controladora	Adiantamento (devolução) para futuro aumento do capital social	Baixa de investimento por venda	Baixa por cisão	Resultado equivalência patrimonial	Declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio	Ajuste de ágio e transferência de intangível	31.12.2024
AMO Participações S.A.	458	-	58.000	-	-	17.559	-	14.542	90.559
Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda.	352.957	-	51.100	-	-	(94.728)	-	(53.138)	256.191
Centro de Tomografia por Comp. Ltda (clínica CT)	-	15.093	-	-	-	9.721	(6.819)	-	17.995
Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	10.034	-	-	-	-	11.157	-	-	21.191
CON - Oncologia Hematologia Centro de Infusão Ltda.	3.384	-	1.000	-	-	4.057	-	-	8.441
GEM Assistência Médica Especializada S.A.	116.433	-	-	-	-	(9)	-	(49.667)	66.757
Hospital São Domingos Ltda.	(33.334)	-	1.000	-	(32.434)	227.583	-	-	162.815
Innova Hospitais Associados Ltda.	73.316	-	12.550	-	(48.572)	(1.988)	-	-	35.306
Marimed Real Estate Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	-	-	-	-	14.128	(122)	-	-	14.006
Marimed Serviços Médicos S.A.	21.978	-	-	-	(14.128)	(22.860)	(1.541)	-	(16.551)
Navegantes Investimentos e Participações S.A.	273.655	-	(34.325)	-	-	(70.584)	-	73.399	242.145
Neuro Imagens Ltda.	8.212	-	500	-	-	(3.592)	-	-	5.120
Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.	12.288	-	-	-	-	(6.463)	-	-	5.825
Paquetá Participações S.A.	49.490	-	-	-	-	(18.552)	-	35.125	66.063
Innova Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	5	-	56.964	(666)	-	-	56.303
DW Participações	-	-	-	(52.284)	-	(854)	-	53.138	-
	888.871	15.093	89.830	(52.284)	(24.042)	49.659	(8.360)	73.399	1.032.166
Ágio na aquisição de participações (controladora)	5.393.073	-	-	-	-	-	-	(170.885)	5.222.188
Total	6.281.944	15.093	89.830	(52.284)	(24.042)	49.659	(8.360)	(97.486)	6.254.354



11. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS

O Grupo reconhece e mensura os contratos de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

Um contrato é classificado como arrendamento quando transfere a Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação, incluindo contratos que contenham componentes de arrendamento e não arrendamento.

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a:

- imóveis hospitalares e assistenciais;
- prédios administrativos;
- equipamentos médicos e hospitalares; e
- outros ativos utilizados nas operações.

Na data de início do contrato, a Companhia reconhece:

- um ativo de direito de uso, representando o direito de utilizar o ativo arrendado; e
- um passivo de arrendamento, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, compreendendo:

- o valor inicial do passivo de arrendamento;
- pagamentos efetuados antes ou na data de início;
- custos diretos iniciais; e
- estimativas de custos de desmontagem, remoção ou restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo, deduzido de:

- depreciação acumulada; e
- perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear ao longo do menor prazo entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento.

Os ativos de direito de uso estão sujeitos aos testes de *impairment*, e são avaliados juntamente com os demais ativos da UGC única, conforme descrito na nota 13.

Em 1º de abril de 2025, a Companhia celebrou 16 novos contratos de arrendamento de imóveis, com prazo de duração de 20 anos, como também estendeu o prazo de 12 contratos já existentes, acrescendo ao prazo total em média 150 meses de locação.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)					Controladora
		31.12.2024	Adições	Baixas	Modificações	31.12.2025
Custo						
Imóveis		1.122.712	4.983	(536)	310.162	1.437.321
Equipamentos		3.334	-	-	-	3.334
		1.126.046	4.983	(536)	310.162	1.440.655
Depreciação						
Imóveis	6,84%	(300.244)	(87.401)	-	10.664	(376.981)
Equipamentos	6,73%	(2.711)	(224)	-	-	(2.935)
		(302.955)	(87.625)	-	10.664	(379.916)
Total direito de uso, líquido		823.091	(82.642)	(536)	320.826	1.060.739

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)					Controladora
		31.12.2023	Adições	Baixas	Modificações	31.12.2024
Custo						
Imóveis		1.083.563	6.640	(6.097)	38.606	1.122.712
Equipamentos		3.334	-	-	-	3.334
		1.086.897	6.640	(6.097)	38.606	1.126.046
Depreciação						
Imóveis	9,79%	(191.147)	(108.027)	1.260	(2.330)	(300.244)
Equipamentos	8,13%	(2.440)	(271)	-	-	(2.711)
		(193.587)	(108.298)	1.260	(2.330)	(302.955)
Total direito de uso, líquido		893.310	(101.658)	(4.837)	36.276	823.091





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)						Consolidado	
		31.12.2024	Adições	Baixas	Modificações	Baixa por cisão	Combinação de Negócios	31.12.2025
Custo								
Imóveis		1.721.434	1.913.275	(34.039)	315.778	(406.593)	386.030	3.895.885
Equipamentos		6.935	-	-	-	(3.349)	-	3.586
		<u>1.728.369</u>	<u>1.913.275</u>	<u>(34.039)</u>	<u>315.778</u>	<u>(409.942)</u>	<u>386.030</u>	<u>3.899.471</u>
Depreciação								
Imóveis	7,85%	(414.016)	(203.141)	12.944	12.205	73.891	(96.403)	(614.520)
Equipamentos	6,73%	(5.955)	(306)	-	-	3.184	-	(3.077)
		<u>(419.971)</u>	<u>(203.447)</u>	<u>12.944</u>	<u>12.205</u>	<u>77.075</u>	<u>(96.403)</u>	<u>(617.597)</u>
Total direito de uso, líquido		<u>1.308.398</u>	<u>1.709.828</u>	<u>(21.095)</u>	<u>327.983</u>	<u>(332.867)</u>	<u>289.627</u>	<u>3.281.874</u>

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	Consolidado				31.12.2025
		31.12.2023	Adições	Baixas	Modificações	
Custo						
Imóveis		1.564.462	113.346	(6.097)	49.723	1.721.434
Equipamentos		6.935	-	-	-	6.935
		<u>1.571.397</u>	<u>113.346</u>	<u>(6.097)</u>	<u>49.723</u>	<u>1.728.369</u>
Depreciação						
Imóveis	8,93%	(259.265)	(153.808)	1.260	(2.203)	(414.016)
Equipamentos	5,74%	(5.556)	(398)	-	(1)	(5.955)
		<u>(264.821)</u>	<u>(154.206)</u>	<u>1.260</u>	<u>(2.204)</u>	<u>(419.971)</u>
Total direito de uso, líquido		<u>1.306.576</u>	<u>(40.860)</u>	<u>(4.837)</u>	<u>47.519</u>	<u>1.308.398</u>



12. IMOBILIZADO

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, conforme o CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos, revisada periodicamente.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia.

Os bens que compõem o imobilizado encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, garantias reais ou restrições de uso até 31 de dezembro de 2025.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)							Controladora
		31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Baixas por cisão	Reclassificações	31.12.2025
Custo								
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.485.382	27.924	-	32.435	-	-	1.545.741
Edificações		286.931	-	-	(102.259)	(264.525)	79.853	-
Instalações		31.177	-	-	(31.177)	-	-	-
Aparelhos e equipamentos		755.297	15.860	(30)	139.216	-	(135.505)	774.838
Equipamentos de informática		110.172	16.952	-	(208)	-	-	126.916
Móveis e utensílios		76.589	708	-	(302)	-	-	76.995
Terrenos		63.398	-	-	(1)	(63.397)	-	-
Veículos		644	-	-	-	-	-	644
Imobilizado em andamento		37.634	26.463	-	(37.873)	-	-	26.224
Provisão para perda com imobilizado		(222)	-	-	-	-	-	(222)
		2.847.002	87.907	(30)	(169)	(327.922)	(55.652)	2.551.136
Depreciação acumulada								
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	(556.420)	(60.148)	-	-	-	17.391	(599.177)
Edificações	4%	(91.257)	(1.013)	-	(5.450)	91.208	6.512	-
Instalações	10%	(4.688)	(762)	-	5.450	-	-	-
Aparelhos e equipamentos	10%	(452.454)	(54.683)	-	-	-	-	(507.137)
Equipamentos de informática	15%	(72.904)	(11.131)	-	-	-	-	(84.035)
Móveis e utensílios	11%	(47.768)	(4.472)	-	-	-	-	(52.240)
Veículos	20%	(621)	(18)	-	-	-	-	(639)
		(1.226.112)	(132.227)	-	-	91.208	23.903	(1.243.228)
Imobilizado, líquido		1.620.890	(44.320)	(30)	(169)	(236.714)	(31.749)	1.307.908

As transferências realizadas no exercício ocorreram para melhor apresentação dos saldos dos ativos imobilizados com base em suas categorias. O valor de R\$169 refere-se à transferência entre contas do ativo imobilizado e ativo intangível.

Por sua vez, o saldo de R\$31.749 refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o grupo de investimentos (vide nota 10.1).





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)						Controladora
		31.12.2023	Adições por incorporação (a)	Adições	Baixas	Transferências/ Reclassificações	31.12.2024
Custo							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.482.752	-	19.143	(6.922)	(9.591)	1.485.382
Edificações		240.708	-	-	(7.360)	53.583	286.931
Instalações		6.071	25.926	-	(820)	-	31.177
Aparelhos e equipamentos		721.129	-	22.306	(284)	12.146	755.297
Equipamentos de informática		115.998	-	9.229	(7.913)	(7.142)	110.172
Móveis e utensílios		75.485	-	1.106	(2)	-	76.589
Terrenos		56.674	6.724	-	-	-	63.398
Veículos		645	-	-	(1)	-	644
Imobilizado em andamento		9.183	-	29.043	-	(592)	37.634
Provisão para perda com imobilizado		(222)	-	-	-	-	(222)
		2.708.423	32.650	80.827	(23.302)	48.404	2.847.002
Depreciação acumulada							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(478.329)	-	(61.297)	463	(17.257)	(556.420)
Edificações	4%	(81.552)	-	(10.785)	1.080	-	(91.257)
Instalações	10%	(1.945)	(216)	(2.638)	110	1	(4.688)
Aparelhos e equipamentos	10%	(394.809)	-	(57.750)	103	2	(452.454)
Equipamentos de informática	20%	(59.838)	-	(12.850)	32	(248)	(72.904)
Móveis e utensílios	10%	(43.353)	-	(4.416)	-	1	(47.768)
Veículos	20%	(577)	-	(45)	-	1	(621)
		(1.060.403)	(216)	(149.781)	1.788	(17.500)	(1.226.112)
Imobilizado, líquido		1.648.020	32.434	(68.954)	(21.514)	30.904	1.620.890





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)							Consolidado	
		31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Baixa por cisão	Reclassificações	Contribuição recebida na formação da JV	31.12.2025
Custo									
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.744.888	33.661	(31)	75.571	(113.218)	620	210.534	1.952.025
Edificações		520.559	-	-	140.104	(573.609)	(68.465)	-	18.589
Instalações		76.841	67	-	(54.434)	(11.748)	790	163.783	175.299
Aparelhos e equipamentos		1.371.332	21.842	(3.979)	(88.468)	(301.507)	65.052	887.872	1.952.144
Equipamentos de informática		186.009	17.225	-	(739)	(38.600)	13	59.504	223.412
Móveis e utensílios		132.236	753	-	43	(30.381)	3.521	91.382	197.554
Terrenos		90.934	-	-	4.890	(95.791)	10.609	-	10.642
Veículos		732	-	-	431	(470)	45	614	1.352
Imobilizado em andamento		68.671	78.772	-	(80.319)	(4.868)	-	6.962	69.218
Provisão para perda com imobilizado		(3.801)	-	-	-	2.382	-	-	(1.419)
Total		4.188.401	152.320	(4.010)	(2.921)	(1.167.810)	12.185	1.420.651	4.598.816
Depreciação acumulada									
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	(583.656)	(78.013)	31	(11.846)	31.564	-	(79.000)	(720.920)
Edificações	4%	(158.856)	(6.277)	-	17.969	144.043	-	-	(3.121)
Instalações	10%	(17.230)	(10.986)	-	8.640	2.441	-	(124.692)	(141.827)
Aparelhos e equipamentos	10%	(706.684)	(168.608)	3.596	(12.812)	162.506	-	(653.385)	(1.375.387)
Equipamentos de informática	15%	(119.046)	(17.168)	-	1	26.135	-	(54.567)	(164.645)
Móveis e utensílios	10%	(84.163)	(12.598)	29	(201)	20.814	-	(73.958)	(150.077)
Veículos	20%	(709)	(63)	-	(113)	163	-	(614)	(1.336)
Total		(1.670.344)	(293.713)	3.656	1.638	387.666	-	(986.216)	(2.557.313)
Imobilizado, líquido		2.518.057	(141.393)	(354)	(1.283)	(780.144)	12.185	434.435	2.041.503

O valor de R\$1.283 refere-se à transferência entre contas do ativo imobilizado e ativo intangível. Por sua vez, o saldo de R\$12.185 refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o grupo de intangível.





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)					Consolidado
		31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2024
Custo						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.603.071	29.736	(13.885)	125.966	1.744.888
Edificações		576.566	11.315	(69.035)	1.713	520.559
Instalações		114.525	970	(5.858)	(32.796)	76.841
Aparelhos e equipamentos		1.161.200	51.240	(21.357)	180.249	1.371.332
Equipamentos de informática		183.379	7.419	(7.949)	3.160	186.009
Móveis e utensílios		128.829	6.075	(7.894)	5.226	132.236
Terrenos		88.959	2.219	(244)	-	90.934
Veículos		694	39	(67)	66	732
Imobilizado em andamento		144.358	52.271	(15)	(127.943)	68.671
Provisão para perda com imobilizado		(4.656)	-	855	-	(3.801)
Total		3.996.925	161.284	(125.449)	155.641	4.188.401
Depreciação acumulada						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	(513.961)	(70.753)	4.088	(3.030)	(583.656)
Edificações	4%	(115.497)	(44.423)	9.145	(8.081)	(158.856)
Instalações	10%	(11.394)	(2.070)	1.601	(5.367)	(17.230)
Aparelhos e equipamentos	10%	(602.502)	(104.589)	7.896	(7.489)	(706.684)
Equipamentos de informática	20%	(95.962)	(20.719)	2.566	(4.931)	(119.046)
Móveis e utensílios	10%	(75.518)	(6.352)	3.239	(5.532)	(84.163)
Veículos	20%	(652)	(18)	27	(66)	(709)
Total		(1.415.486)	(248.924)	28.562	(34.496)	(1.670.344)
Imobilizado, líquido		2.581.439	(87.640)	(96.887)	121.145	2.518.057



13. INTANGÍVEL

13.1 Intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos ao custo. Ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos a valor justo na data da aquisição, conforme o CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

O *goodwill* é registrado como ativo intangível de vida útil indefinida e não é amortizado, sendo testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável ou quando houver indícios de perda, conforme o CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme detalhado no item 13.2, abaixo.

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas a seguir:



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)					Controladora
		31.12.2024	Adições	Transferências	Reclassificações	31.12.2025
Custo						
Marcas		13.736	-	-	(13.736)	-
Sistemas de informática		157.887	30.381	169	-	188.437
		<u>171.623</u>	<u>30.381</u>	<u>169</u>	<u>(13.736)</u>	<u>188.437</u>
Amortização acumulada						
Marcas		(1.221)	-	-	1.221	-
Sistemas de informática	14%	(82.467)	(24.575)	-	-	(107.042)
		<u>(83.688)</u>	<u>(24.575)</u>	<u>-</u>	<u>1.221</u>	<u>(107.042)</u>
Intangível, líquido		<u>87.935</u>	<u>5.806</u>	<u>169</u>	<u>(12.515)</u>	<u>81.395</u>

O valor de R\$169 refere-se à transferência entre contas do ativo imobilizado e ativo intangível. Por sua vez, o saldo de R\$12.515 refere-se a reclassificações do ativo intangível para o grupo de investimentos (vide nota 10.1).

Descrição	Taxa média (a.a.)				Controladora
		31.12.2023	Adições	Transferências	31.12.2024
Custo					
Marcas		13.736	-	-	13.736
Sistemas de informática		144.975	5.663	7.249	157.887
		<u>158.711</u>	<u>5.663</u>	<u>7.249</u>	<u>171.623</u>
Amortização acumulada					
Marcas	3%	(763)	(458)	-	(1.221)
Sistemas de informática	17%	(57.217)	(25.497)	247	(82.467)
		<u>(57.980)</u>	<u>(25.955)</u>	<u>247</u>	<u>(83.688)</u>
Intangível, líquido		<u>100.731</u>	<u>(20.292)</u>	<u>7.496</u>	<u>87.935</u>





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)							Consolidado
		31.12.2024	Adições	Transferências ⁽ⁱ⁾	Baixa por cisão	Reclassificações ⁽ⁱⁱ⁾	Contribuição recebida na formação da JV	31.12.2025
Custo								
<i>Goodwill</i>		5.321.673	2.051	224	(2.981.173)	(51.357)	902.472	3.193.890
Marcas e patentes		13.756	-	-	(9)	28.281	147.584	189.612
Relacionamento com clientes		-	-	-	-	26.542	-	26.542
Sistemas de informática		188.483	30.436	1.019	(19.518)	11	53.415	253.846
Intangível em andamento		462	-	(462)	-	-	-	-
		<u>5.524.374</u>	<u>32.487</u>	<u>781</u>	<u>(3.000.700)</u>	<u>3.477</u>	<u>1.103.471</u>	<u>3.663.890</u>
Amortização acumulada								
Marcas e patentes	3%	(1.221)	(7.298)	-	-	-	(58.508)	(67.027)
Relacionamento com clientes	3%	-	(9.824)	-	-	-	-	(9.824)
Sistemas de informática	20%	(98.461)	(31.734)	502	8.596	433	(31.500)	(152.164)
		<u>(99.682)</u>	<u>(48.856)</u>	<u>502</u>	<u>8.596</u>	<u>433</u>	<u>(90.008)</u>	<u>(229.015)</u>
Intangível, líquido		<u>5.424.692</u>	<u>(16.369)</u>	<u>1.283</u>	<u>(2.992.104)</u>	<u>3.910</u>	<u>1.013.463</u>	<u>3.434.875</u>

(i) O valor de R\$ 1.283 refere-se à transferência entre contas do ativo imobilizado e ativo intangível.

(ii) O saldo de R\$3.910 refere-se às seguintes reclassificações do ativo intangível: (a) R\$ 54.587 para tributos diferidos referentes à constituição dos tributos diferidos sobre as mais-valias de ativos identificados em combinações de negócios realizadas em anos anteriores; (b) R\$ (12.185) para o ativo imobilizado, relativos às mais-valias de ativos identificados em combinações de negócios realizadas em anos anterior e, anteriormente, contabilizadas e apresentadas como *goodwill*; e (c) R\$ (38.492) para outros ativos e passivos, relativos ao montante correspondente ao investimento no patrimônio líquido de investidas, anteriormente apresentado como *goodwill*.





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média (a.a.)					Consolidado
		31.12.2023	Adições	Transferências	Baixa	31.12.2024
Custo						
<i>Goodwill</i>		5.492.558	-	(129.052)	(41.833)	5.321.673
Marcas e patentes		13.756	-	-	-	13.756
Sistemas de informática		174.868	7.626	7.912	(1.923)	188.483
Intangível em andamento		714	-	(252)	-	462
		5.681.896	7.626	(121.392)	(43.756)	5.524.374
Amortização acumulada						
Marcas e patentes	3%	(763)	(458)	-	-	(1.221)
Sistemas de informática	20%	(69.603)	(29.613)	247	508	(98.461)
		(70.366)	(30.071)	247	508	(99.682)
Intangível, líquido		5.611.530	(22.445)	(121.145)	(43.248)	5.424.692



13.2 Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Os ativos não financeiros da Companhia, incluindo imobilizado, ativos intangíveis, ativos de direito de uso e o *goodwill*, são avaliados quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos com vida útil definida são avaliados quanto à existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável sempre que fatos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil possa não ser recuperável.

Os ativos com vida útil indefinida, em especial o ágio, são testados anualmente, ou com maior frequência sempre que existirem indícios de perda.

Os principais indicadores internos e externos monitorados pela Administração incluem, entre outros:

- desempenho operacional inferior ao esperado no nível consolidado;
- alterações relevantes no ambiente regulatório, econômico ou competitivo;
- mudanças estratégicas ou operacionais que afetem o modelo de negócios;
- aumento estrutural de custos assistenciais ou compressão de margens;
- evidências de obsolescência física, tecnológica ou regulatória; e
- eventos que impactem a capacidade de geração de caixa da operação como um todo.

Para fins de aplicação do CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração definiu que toda a operação da Rede Américas constitui uma única UGC.

Essa definição é coerente e consistente com a forma como a Administração:

- organiza, gerencia e monitora o desempenho do negócio;
- aloca recursos; e
- toma decisões operacionais e estratégicas,

O CODM, representado pelo Conselho de Administração, avalia o desempenho e decide sobre alocação de recursos exclusivamente no nível consolidado da Rede Américas, não havendo:

- metas operacionais aprovadas por hospital individual;
- orçamentos ou gastos em investimentos aprovados por unidade isolada; ou
- avaliação de desempenho baseada em fluxos de caixa independentes por hospital.

Assim, a definição da UGC única está plenamente alinhada ao fato de que a Rede Américas constitui um único segmento operacional, conforme divulgado na nota 3.3, nessas demonstrações financeiras.

As unidades hospitalares do Grupo não geram fluxos de caixa economicamente independentes, conforme requerido pelo CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, considerando que:

- as negociações com operadoras de planos de saúde são realizadas de forma centralizada;
- a precificação, faturamento, cobrança e gestão de glosas ocorrem no nível da rede;
- a estrutura de financiamento e os *covenants* são corporativos;
- a gestão de caixa é centralizada; e
- existe subsídio cruzado estrutural e permanente entre as unidades operacionais.

Dessa forma, ainda que seja possível a apuração gerencial de resultados por hospital para fins de acompanhamento operacional, tais informações não refletem autonomia econômica, nem constituem base para decisões do CODM, não caracterizando UGCs ou segmentos operacionais distintos.

O *goodwill* registrado nas demonstrações financeiras consolidadas decorre de combinações de negócios, refletindo benefícios associados a:

- sinergias de escala;
- eficiência operacional;
- maior poder de negociação com operadoras e fornecedores;
- integração financeira; e
- fortalecimento da plataforma hospitalar como um todo.

Esses benefícios não são atribuíveis a hospitais individuais, mas sim à operação integrada da Rede Américas. Assim, o *goodwill* encontra-se integralmente alocado à UGC única, que corresponde ao único segmento operacional reportável, em conformidade com:

- CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, itens 80 a 84; e
- CPC 22 / IFRS 8 - Informações por Segmento, no que se refere ao nível máximo de agregação permitido.

O valor recuperável da UGC corresponde ao maior valor entre:

- o valor justo líquido de despesas de venda; e
- o valor em uso.

Considerando a natureza do negócio hospitalar e o modelo de geração de caixa do Grupo, a Administração utiliza, predominantemente, o valor em uso como base para os testes de *impairment*.

O valor em uso é determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados a serem gerados pela UGC única / segmento operacional, considerando:

- projeções financeiras aprovadas pelo Conselho de Administração;
- premissas consistentes com o orçamento e plano estratégico consolidados;
- investimentos necessários para manutenção da capacidade operacional;
- taxa de crescimento na perpetuidade compatível com o crescimento esperado de longo prazo do setor; e
- taxa de desconto antes dos impostos, baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") do Grupo.

As projeções não incluem reestruturações futuras ainda não comprometidas nem investimentos de expansão não refletidos na base atual de ativos, como também não incluiu mudanças relativas a Reforma Tributária promovida pelo Governo Federal uma vez que não há definição sobre o cenário de alíquotas e direito a tomada de créditos.

Quando o valor contábil da UGC excede seu valor recuperável, a diferença é reconhecida como perda por redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

As perdas reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas quando houver evidência objetiva de alteração das premissas, exceto no caso do *goodwill*, cuja reversão é vedada pelo CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os testes de *impairment* envolvem julgamentos significativos e estimativas complexas, especialmente na definição da UGC, nas projeções de fluxo de caixa e na determinação das taxas de desconto.

Esses julgamentos são consistentes com aqueles utilizados na definição do segmento operacional, conforme divulgado na nota 3.3 de Informações por Segmento, assegurando coerência entre as divulgações exigidas pelo CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pelo CPC 22/ IFRS 8 - Informações por Segmento.

13.3 Metodologia de mensuração

O valor recuperável da UGC foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando:

- projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos aprovados pela Administração;
- horizonte explícito de cinco anos, com projeção de valor residual por meio de perpetuidade;
- taxa de desconto correspondente ao WACC, compatível com os riscos específicos da operação e estrutura da Companhia;
- Taxa de crescimento na perpetuidade, compatível com a expectativa de inflação de longo prazo, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
WACC (após impostos)	12,86%	15,60%
Inflação de longo prazo	3,50%	3,80%
Prazo do FCD	5 anos	9 anos

A taxa de desconto utilizada para o teste de *impairment* equivale a 16,48% (18,6% em 31 de dezembro de 2024) antes dos tributos.

Em 31 de dezembro, o valor contábil da UGC, considerando os ativos diretamente relacionados à geração dos fluxos de caixa e excluindo caixa, tributos sobre o lucro, ativos e passivos não operacionais e passivos de arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Valor em uso	16.065.564	9.328.874
Valor contábil	11.536.644	8.446.620
Margem de recuperação	4.528.920	882.254

A Administração realizou análises de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade, considerando variações razoavelmente possíveis que poderiam afetar o valor em uso da UGC.

	Margem de recuperação	Crescimento na perpetuidade (g)				
		2,5%	3,0%	3,5%	4,0%	4,5%
	13,9%	1.951.383	2.407.335	2.907.313	3.458.016	4.067.576
	13,4%	2.609.350	3.117.275	3.676.732	4.295.982	4.985.151
Taxa de desconto	12,9%	3.331.394	3.899.783	4.528.920	5.229.093	6.013.054
	12,4%	4.127.276	4.766.503	5.477.906	6.274.439	7.172.356
	11,9%	5.008.845	5.731.708	6.541.074	7.453.457	8.489.863

As análises evidenciadas acima demonstram que variações isoladas ou combinadas dentro desses intervalos não resultariam no reconhecimento de perda por *impairment*.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO

14.1 Impostos sobre a renda (IRPJ e CSLL)

O imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são reconhecidos de acordo com o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, com base no lucro tributável apurado conforme a legislação fiscal vigente.

14.2 Impostos sobre a renda, correntes

Os impostos correntes correspondem ao IRPJ e à CSLL devidos no exercício, calculados com base nas alíquotas e regras fiscais aplicáveis, considerando ajustes fiscais permanentes e temporários. Ativos e passivos de impostos correntes são reconhecidos quando existe direito legal de compensação ou obrigação presente de pagamento.

14.3 Impostos sobre a renda, diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização.

Os ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente quanto à recuperabilidade, considerando projeções de resultados tributáveis, histórico de realização e estratégias fiscais disponíveis. Quando a realização deixa de ser provável, os valores são reduzidos.

Os tributos correntes e diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data do balanço, que se espera aplicar quando do período de realização ou liquidação.

Ativos e passivos fiscais não são compensados, exceto quando existe direito legal de compensação e a intenção de liquidação. Impostos diferidos são apresentados no ativo ou passivo não circulante.

O IRPJ e a CSLL são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, caso em que o efeito tributário é reconhecido na mesma rubrica.

14.3.1 Composição e movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro diferidos

Descrição	Controladora			
	31.12.2024	Movimentação no resultado	Variação patrimonial que não afeta resultado	31.12.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	7.579	(6.565)	-	1.014
Provisão para perda com contas a receber e glosa	98.017	58.624	-	156.641
Provisões diversas	1.536	12.506	-	14.042
Provisões para remuneração variável, dissídio e horas extras	18.151	10.699	-	28.850
Operações com arrendamentos	21.002	35.963	-	56.965
Provisão para perdas sobre créditos precatórios	5.118	-	-	5.118
Ajuste a valor presente – AVP	-	1.076	-	1.076
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	36.496	4.157	-	40.653
Mais ou menos valia	8.387	14.749	(54.587)	(31.451)
Outros	(13.110)	18.723	-	5.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	183.176	149.932	(54.587)	278.521
Ativo	184.072			278.521
Passivo	(896)			-

Descrição	Controladora			
	31.12.2023	Movimentação no resultado	Variação patrimonial que não afeta resultado	31.12.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	905	6.674	-	7.579
Provisão para perda com contas a receber e glosa	61.592	36.425	-	98.017
Provisões diversas	19.751	(18.215)	-	1.536
Provisões para remuneração variável, dissídio e horas extras	3.699	14.452	-	18.151
Operações com arrendamentos	33.442	(12.440)	-	21.002
Provisão para perdas sobre créditos precatórios	5.118	-	-	5.118
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(16.678)	53.174	-	36.496
Outros	(27.096)	22.373	-	(4.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.733	102.443	-	183.176
Ativo	81.629			184.072
Passivo	(896)			(896)

Descrição	Consolidado					
	31.12.2024	Movimentação no resultado	Contribuição recebida na formação da JV	Baixa por cisão	Variação patrimonial que não afeta resultado	31.12.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	76.340	(51.846)	537.519	-	-	562.013
Provisão para perda com contas a receber e glosa	139.379	59.712	51.855	(27.044)	-	223.902
Amortização de ágio	-	(16.647)	(183.702)	-	-	(200.349)
Impairment de ágio	-	3.883	100.172	-	-	104.055
Provisões diversas e para serviços médicos	1.851	628	8.195	(3.535)	-	7.139
Provisões para remuneração variável, dissídio e horas	27.292	15.538	1.316	(6.661)	-	37.485
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	25.912	19.302	14.367	(12.458)	-	47.123
Operações com arrendamentos	38.861	71.293	13.857	(1.500)	-	122.511
Diferença de vida útil fiscal x societária	2.558	5.941	-	(1.832)	-	6.667
Provisão de ISS sobre receita a faturar	11.794	2.117	3.713	(7.522)	-	10.102
Mais ou menos valia	8.387	14.749	-	-	(54.587)	(31.451)
Outros	(30.386)	52.138	3.286	32.395	-	57.433
Imposto de renda e contribuição social diferido	301.988	176.808	550.578	(28.157)	(54.587)	946.630
Ativo fiscal diferido	307.323					946.654
Passivo fiscal diferido	(5.335)					(24)



Descrição	Consolidado			
	31.12.2023	Movimentação no resultado	Varição patrimonial que não afeta resultado	31.12.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	74.154	2.186	-	76.340
Provisão para perda com contas a receber e glosa	75.870	63.509	-	139.379
Provisões diversas e para serviços médicos especializados	21.554	(19.703)	-	1.851
Provisões para remuneração variável, dissídio e horas extras	4.056	23.236	-	27.292
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	50.884	(24.972)	-	25.912
Operações com arrendamentos	45.135	(6.274)	-	38.861
Diferença de vida útil fiscal x societária	4.771	(2.213)	-	2.558
Provisão de ISS sobre receita a faturar	12.091	(297)	-	11.794
Outros	(43.324)	21.786	(461)	(21.999)
Imposto de renda e contribuição social diferido	245.191	57.258	(461)	301.988
Ativo fiscal diferido	247.866			307.323
Passivo fiscal diferido	(2.675)			(5.335)

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos. A não constituição desses ativos decorre da ausência de evidências suficientes de geração de lucros tributáveis futuros e os prejuízos fiscais não reconhecidos não possuem prazo de expiração.

A controladora não reconheceu ativos de impostos de R\$16.153 (R\$150.272 no consolidado) com relação a prejuízos fiscais no montante de R\$50.380 (R\$2.095.385 no consolidado). Caso a Companhia passe a apresentar evidências consistentes de geração de lucros tributáveis futuros, parte ou a totalidade desses ativos poderá ser reconhecida.

14.4 Conciliação da alíquota efetiva de impostos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em			
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(349.340)	(426.443)	(219.926)	(219.154)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados as alíquotas nominais	118.776	144.991	74.775	74.512
Ajustes para determinação da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	81.106	16.884	-	-
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(71.679)	(36.975)	(142.732)
Diferenças permanentes	(64.479)	(27.388)	(42.777)	(28.342)
Reprocessamento de apurações de IRPJ e CSLL	-	(59.176)	-	(103.323)
Outros	237	-	4.960	-
	135.640	3.632	(17)	(199.885)
IRPJ e CSLL nas demonstrações dos resultados				
Corrente	(14.292)	(98.812)	(176.825)	(257.143)
Diferido	149.932	102.444	176.808	57.258
	135.640	3.632	(17)	(199.885)
Taxa efetiva	-38,83%	-0,85%	0,01%	91,21%

14.5 Reforma tributária brasileira

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária no Brasil.

De forma geral, o novo modelo tributário prevê a substituição dos atuais tributos incidentes sobre o consumo — PIS, COFINS, ISS e ICMS — por dois novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”). Adicionalmente, foi criado o Imposto Seletivo (“IS”), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do Projeto de Lei Complementar nº 68/24, a qual regulamenta aspectos relevantes da Reforma Tributária, incluindo, entre outros, o campo de incidência e não incidência, a sistemática de créditos tributários, regimes diferenciados para setores específicos e hipóteses de redução de alíquotas. A referida lei complementar, contudo, não definiu as alíquotas nominais dos novos tributos. No que se refere ao setor de saúde, destaca-se a previsão de redução de 60% na alíquota aplicável aos serviços, bem como reduções de 60% ou 100% para determinados medicamentos e insumos.

Outros aspectos relevantes da Reforma Tributária ainda dependem de regulamentação complementar, a ser concluída ao longo de 2026. Entre os anos de 2026 e 2032, está previsto um período de transição, no qual coexistirão o regime tributário atual (PIS, COFINS, ISS, ICMS e IPI) e o novo regime (IBS, CBS e IS).

Diante da pendência de regulamentação integral da Reforma Tributária e da ausência de definição das alíquotas aplicáveis, os impactos econômicos e financeiros da nova sistemática tributária ainda não podem ser mensurados de forma confiável. Assim, não há efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

15. FORNECEDORES

Os fornecedores representam obrigações da Companhia decorrentes, principalmente, da aquisição de materiais médico-hospitalares, medicamentos, serviços assistenciais e demais insumos operacionais, reconhecidas quando os bens ou serviços são recebidos, conforme o regime de competência.

As obrigações com fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a pagar e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Considerando a natureza de curto prazo dessas obrigações, seus valores contábeis aproximam-se do valor justo.

Os fornecedores são classificados no passivo circulante, exceto quando a liquidação for esperada após 12 meses, e são apresentados sem compensação com ativos relacionados, conforme o CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Partes relacionadas:				
Materiais	-	-	-	-
Serviços	16.067	-	27.980	-
Terceiros				
Materiais	336.288	287.559	793.324	530.741
Serviços	96.948	59.448	211.644	120.726
Bens	31.269	30.715	35.558	38.591
	<u>480.572</u>	<u>377.722</u>	<u>1.068.506</u>	<u>690.058</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures representam obrigações financeiras contratadas pela Companhia junto a instituições financeiras e investidores, reconhecidas quando os recursos são disponibilizados, e destinadas, principalmente, ao financiamento de investimentos, capital de giro e à otimização da estrutura de capital.

Essas obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados no passivo circulante ou não circulante com base nos prazos contratuais de vencimento, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado do exercício.

Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia emitiu o valor total de R\$ 3.000.000 (três bilhões de reais) em debêntures, sob a forma nominativa e escritural, simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com garantia real. As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, perfazendo um total de 3.000.000 (três milhões) de debêntures emitidas.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram integralmente utilizados para a transferência de recursos para a então controladora DASA, por meio de redução de capital social e tais recursos foram utilizados por esta para o resgate antecipado de debêntures de sua responsabilidade.

Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread ao ano, correspondente a 3,50%, a serem amortizados semestralmente.

O prazo das debêntures é de 1.090 (mil e noventa) dias corridos contados da data de emissão, vencendo se, portanto, em 15 de fevereiro de 2028.

Em 15 de agosto de 2025, a Companhia liquidou o montante correspondente a R\$242.805 referente a juros incorridos nos primeiros seis meses da captação.

As debêntures contam com garantias reais constituídas por cessões fiduciárias de contas vinculadas e de seus respectivos direitos creditórios. As garantias compreendem:

- cessão fiduciária sob condição suspensiva de conta vinculada do acionista DASA (conta 1), incluindo os direitos creditórios e a totalidade dos recursos nela depositados, no montante de até R\$ 1.300.000, bem como seus rendimentos e investimentos permitidos;
- cessão fiduciária sob condição resolutiva da conta vinculada do acionista, DASA (conta 2), abrangendo os direitos creditórios e a totalidade dos recursos nela depositados, no montante de até R\$ 200.000, igualmente incluindo rendimentos e investimentos permitidos, conforme os respectivos contratos de garantia celebrados entre as partes e o agente fiduciário.

O saldo de R\$58 em 31.12.2024, foi totalmente liquidado no exercício.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa nominal a.a.	Taxa efetiva a.a.	Vencimento								Controladora
				31.12.2024	Captações líquidas	Juros incorridos	Varição cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos amortizados	31.12.2025
Em moeda nacional											
Debêntures	CDI +3.5%	19,89%	fev/28	-	2.956.524	447.538	-	-	(242.805)	12.925	3.174.182
Circulante				-							190.633
Não circulante				-							2.983.549

Descrição	Taxa nominal a.a.	Taxa efetiva a.a.	Vencimento								Controladora
				31.12.2023	Captações líquidas	Juros incorridos	Varição cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos amortizados	31.12.2024
Em moeda nacional											
Capital de giro	-	-	-	44.094	-	1.817	5.514	(49.620)	(1.805)	-	-
Debêntures	CDI +1.4%	11,21%	dez/24	201.132	-	16.572		(199.738)	(17.966)	-	-
Circulante				245.226							-
Não circulante				-							-





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa nominal a.a.	Taxa efetiva a.a.	Vencimento	Consolidado							
				31.12.2024	Captações líquidas	Juros incorridos	Varição cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos amortizados	31.12.2025
Em moeda nacional											
Capital de giro	13,07%	17,24%	jan/25	58	-	10		(68)	-	-	-
Debêntures	CDI +3.5%	19,89%	fev/28	-	2.956.524	447.538	-	-	(242.805)	12.925	3.174.182
Circulante				58							190.633
Não circulante				-							2.983.549

Descrição	Taxa nominal a.a.	Taxa efetiva a.a.	Vencimento	Consolidado							
				31.12.2023	Captações líquidas	Juros incorridos	Varição cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos amortizados	31.12.2024
Em moeda nacional											
Capital de giro				162.509	63	9.347	5.514	(165.435)	(11.940)		58
Debêntures	CDI +1.4%	11,21%	dez/24	201.132		16.572		(199.738)	(17.966)		-
Circulante				308.809							58
Não circulante				54.832							-



16.1 Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
de 1 a 2 anos	-	-
de 2 a 3 anos	3.000.000	-
de 3 a 4 anos	-	-
Mais de 4 anos	-	-
	<u>3.000.000</u>	<u>-</u>

16.2 Cláusulas restritivas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, constituem eventos de inadimplemento que podem acarretar, de modo não automático, o vencimento dessas obrigações, entre outros, a não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros abaixo, a serem apurados trimestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas, relativas a cada trimestre do ano civil.

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida líquida para fins de *covenants* pelo EBITDA ajustado para fins de *covenants*, que deverá ser igual ou inferior a:

Período	Parâmetro
Apuração do fechamento do 2º trimestre de 2025 (30/06/2025) até 4º trimestre de 2025 (31/12/2025) (inclusive)	4,0 (quatro) vezes.
Apuração do fechamento do 1º trimestre de 2026 (31/03/2026) até 4º trimestre de 2026 (31/12/2026) (inclusive)	3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes.
Apuração do fechamento 1º trimestre de 2027 (31/03/2027) até a data de vencimento das debêntures (inclusive)	3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes.

- (2) ou, índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado para fins de *covenants* pelo resultado financeiro para fins de *covenants*, que deverá ser superior a 1,5 (um inteiro e cinquenta centésimos) vez.

A dívida líquida, o EBITDA e os resultado financeiros deverão ser apurados, conforme definido nos termos da escritura, a saber:

Descrição	Definição
Dívida líquida	Deverá ser apurada com base nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme definido abaixo:





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Período	Definição
Apuração do fechamento do 2º trimestre de 2025 (30/06/2025) até 4º trimestre de 2025 (31/12/2025) (inclusive)	(i) o somatório de todas as dívidas consolidadas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, limitando-se a (a) empréstimos e financiamentos com terceiros; (b) dívidas oriundas de emissões de títulos de renda fixa, em circulação nos mercados de capitais local e/ou internacional; (c) saldo líquido de operações de derivativos; (d) o valor de ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia; e (e) o saldo de operações de cessão de crédito até o limite da coobrigação da Companhia; menos (ii) o somatório (a) do valor disponível em caixa da Companhia; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias da Companhia; e (c) dos saldos de aplicações financeiras da Companhia.
Apuração do fechamento do 1º trimestre de 2026 (31/03/2026) até a data de vencimento das debêntures	Os mesmos itens acima acrescendo-se: (f) contas a pagar por aquisição de controladas;

Descrição	Definição
EBITDA	Significa a medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, conciliada com as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, e consiste no resultado líquido do exercício ou período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, a ser determinado com base no descrito no quadro a seguir.

Período	Definição
Apuração do fechamento do 2º trimestre de 2025 (30/06/2025) até 4º trimestre de 2025 (31/12/2025) (inclusive)	o lucro (prejuízo) líquido da Companhia antes das despesas financeiras, líquidas das receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, depreciação, amortização e despesas com plano de opções de compra de ações.
Apuração do fechamento do 1º trimestre de 2026 (31/03/2026) até a data de vencimento das debêntures	os mesmos itens acima, exceto: juros de arrendamentos e depreciação e amortização de direito de uso.

Descrição	Definição
Resultados financeiros	Significa o resultado da diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores ao trimestre do ano civil que então esteja em curso. a ser determinado com base no descrito no quadro a seguir:

Período	Definição
Apuração do fechamento do 2º trimestre de 2025 (30/06/2025) até 4º trimestre de 2025 (31/12/2025) (inclusive)	(i) às despesas financeiras referentes a dívidas consolidadas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, limitando-se a (a) empréstimos e financiamentos com terceiros; (b) dívidas oriundas de emissões de títulos de renda fixa em circulação nos mercados de capitais local e/ou internacional; (c) saldo líquido de operações de derivativos; (d) o valor de ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia; e (e) o saldo de operações de cessão de crédito até o limite da coobrigação da Companhia; e (ii) às receitas financeiras referentes a (a) valor disponível em caixa da Companhia; (b) saldos líquidos de contas correntes bancárias da Companhia; e (c) saldos de aplicações financeiras da Companhia.
Apuração do fechamento do 1º trimestre de 2026 (31/03/2026) até a data de vencimento das debêntures	Os mesmos itens acima acrescendo-se: (f) despesas financeiras oriundas do contas a pagar por aquisição de controladas.



16.2.1 Apuração dos índices financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições descritas acima.

Descrição	Exercício 2025
Prejuízo líquido	(219.943)
Despesas com:	
Plano de opções de compra de ações	4.184
Depreciação e amortização	546.016
Financeira	1.017.410
Impostos	17
EBITDA para fins de covenants	1.347.684
Juros sobre aplicações financeiras	42.669
Juros com empréstimos, financiamentos e debêntures	(460.473)
Juros sobre mútuos	(4.025)
Resultado financeiro para fins de covenants	(421.829)
Descrição	31.12.2025
Dívida líquida:	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.174.182)
Caixa e aplicações financeiras	376.456
	<u>(2.797.726)</u>
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA, para fins de covenants	2,08
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro, para fins de covenants	3,19

17. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Conforme apresentado na nota 11, o Grupo reconhece e mensura os contratos de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

Um contrato é classificado como arrendamento quando transfere a Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação, incluindo contratos que contenham componentes de arrendamento e não arrendamento.

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a:

- imóveis hospitalares e assistenciais;
- prédios administrativos;
- equipamentos médicos e hospitalares; e
- outros ativos utilizados nas operações.

Na data de início do contrato, a Companhia reconhece:

- um ativo de direito de uso, representando o direito de utilizar o ativo arrendado; e
- um passivo de arrendamento, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, que incluem:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência);
- pagamentos variáveis dependentes de índice ou taxa;
- valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, quando razoavelmente certo o exercício; e
- penalidades por rescisão antecipada, quando aplicável.

Os pagamentos são descontados pela taxa incremental observando-se taxas de ativos similares praticadas no mercado, premissas observáveis, determinada com base no prazo do contrato, na natureza do ativo, no ambiente macroeconômico e no risco de crédito da Companhia.

Os passivos de arrendamento são mensurados subseqüentemente:

- acrescidos de encargos financeiros; e
- reduzidos pelos pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos e são apresentados como despesas financeiras.

O passivo de arrendamento é reavaliado quando ocorre:

- alteração no prazo do contrato;
- mudança na avaliação de exercício de opções de renovação ou rescisão;
- alteração nos pagamentos decorrente de mudança em índice ou taxa; ou
- modificação contratual que não seja contabilizada como um arrendamento separado.

As reavaliações são registradas como ajuste correspondente no ativo de direito de uso.

Os pagamentos de principal são apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, enquanto os juros seguem a política de classificação de fluxos de caixa da Companhia, como atividade operacional.

Em 1º de abril de 2025, a Companhia celebrou 16 novos contratos de arrendamento de imóveis, com prazo de duração de 20 anos, como também estendeu o prazo de 12 contratos já existentes, acrescendo ao prazo total em média 150 meses de locação.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)							Controladora
		31.12.2024	Adições	Baixas	Modificações	Juros incorridos	Pagamentos	31.12.2025
Terceiros								
Imóveis	16,95%	193.815	4.983	(536)	11.724	30.025	(49.495)	190.516
Equipamentos	9,88%	893	-	-	-	74	(288)	679
		194.708	4.983	(536)	11.724	30.099	(49.783)	191.195
Partes relacionadas								
Imóveis	15,82%	745.961	-	-	268.735	137.256	(114.864)	1.037.088
Total		940.669	4.983	(536)	280.459	167.355	(164.647)	1.228.283
Circulante		31.110						155.494
Não circulante		909.559						1.072.789

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)							Controladora
		31.12.2023	Adições	Baixas	Modificações	Juros incorridos	Pagamentos	31.12.2024
Imóveis	12,84%	977.819	6.640	(5.436)	36.276	115.653	(191.176)	939.776
Equipamentos	10,34%	996	-	-	-	103	(206)	893
Total		978.815	6.640	(5.436)	36.276	115.756	(191.382)	940.669
Circulante		62.286						31.110
Não circulante		916.529						909.559





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)									Consolidado
		31.12.2024	Adições	Baixas	Modificações	Juros incorridos	Pagamentos	Baixas por cisão	Combinação de negócios	31.12.2025
Terceiros										
Imóveis	18,71%	736.114	19.452	5.458	29.457	121.361	(194.157)	(359.690)	324.297	682.292
Equipamentos	7,11%	2.110	-	-	(2)	102	(393)	(957)	-	860
		<u>738.224</u>	<u>19.452</u>	<u>5.458</u>	<u>29.455</u>	<u>121.463</u>	<u>(194.550)</u>	<u>(360.647)</u>	<u>324.297</u>	<u>683.152</u>
Partes relacionadas										
Imóveis	18,27%	745.960	1.893.823	(24.466)	269.348	310.605	(230.982)	-	-	2.964.288
Total		<u>1.484.184</u>	<u>1.913.275</u>	<u>(19.008)</u>	<u>298.803</u>	<u>432.068</u>	<u>(425.532)</u>	<u>(360.647)</u>	<u>324.297</u>	<u>3.647.440</u>
Circulante		34.651								438.821
Não circulante		1.449.533								3.208.619

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)								Consolidado
		31.12.2023	Adições	Baixas	Modificações	Juros incorridos	Pagamentos	31.12.2024	
Imóveis	12,82%	1.422.272	113.346	(5.437)	47.519	174.920	(270.546)	1.482.074	
Equipamentos	7,51%	2.130	-	-	-	160	(180)	2.110	
Total		<u>1.424.402</u>	<u>113.346</u>	<u>(5.437)</u>	<u>47.519</u>	<u>175.080</u>	<u>(270.726)</u>	<u>1.484.184</u>	
Circulante		75.589						34.651	
Não circulante		1.348.813						1.449.533	



18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

As obrigações sociais e trabalhistas correspondem aos valores devidos pela Companhia a empregados e a órgãos governamentais, decorrentes da prestação de serviços e do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo salários, encargos sociais, férias, 13º salário, benefícios de curto prazo e contribuições previdenciárias.

Essas obrigações são reconhecidas conforme o regime de competência, pelo valor esperado de liquidação, quando existe obrigação presente decorrente de eventos passados, de acordo com o CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a Empregados e demais normas aplicáveis.

As obrigações sociais e trabalhistas são classificadas no passivo circulante ou não circulante conforme o prazo esperado de liquidação e são apresentadas separadamente de provisões para contingências trabalhistas, as quais, quando existentes, são reconhecidas conforme o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para férias	71.277	77.871	181.064	135.287
Provisão para participações nos resultados	70.520	26.165	93.468	42.102
Salários e ordenados	45.115	40.516	106.149	76.586
Encargos sociais	24.964	23.761	75.330	41.762
Outros	9.530	13.739	16.057	27.474
	<u>221.406</u>	<u>182.052</u>	<u>472.068</u>	<u>323.211</u>

19. TRIBUTOS A RECOLHER

Os tributos a recolher correspondem às obrigações tributárias da Companhia decorrentes de tributos incidentes sobre suas operações, reconhecidas conforme o regime de competência, pelo valor devido na data do balanço, de acordo com a legislação fiscal vigente. Esses tributos são classificados no passivo circulante ou não circulante, conforme o prazo esperado de liquidação, e incluem, entre outros, impostos, contribuições e taxas a recolher aos entes federais, estaduais e municipais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
COFINS a recolher	21.258	9.195	43.274	16.915
PIS a recolher	4.606	1.993	9.541	3.884
Imposto de renda retido na fonte	30.303	11.209	67.051	18.992
ISS a recolher	17.702	18.007	40.423	59.168
INSS terceiros	1.079	1.400	1.659	2.129
Parcelamentos de tributos	4.122	6.757	63.744	95.685
Outros	4.458	3.900	28.618	23.081
	<u>83.528</u>	<u>52.461</u>	<u>254.310</u>	<u>219.854</u>
Circulante	81.977	50.042	218.345	148.509
Não circulante	1.551	2.419	35.965	71.345

20. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

As contas a pagar por aquisição de empresas referem-se às obrigações assumidas pela Companhia decorrentes de combinações de negócios, reconhecidas na data da aquisição, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

Essas obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, incluindo parcelas fixas e variáveis da contraprestação acordada, quando aplicável. As parcelas contingentes são mensuradas com base nas melhores estimativas disponíveis na data da aquisição e reavaliadas subsequentemente conforme sua classificação contábil, em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As contas a pagar por aquisição de empresas são mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, quando aplicável, e classificadas no passivo circulante ou não circulante de acordo com os prazos contratuais de liquidação, sendo os ajustes decorrentes de reavaliações ou liquidações reconhecidos no resultado do exercício.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	971.177	976.763
Baixa por cisão	(422.996)	(430.174)
Transferências de opções de venda (<i>put option</i>)	119.991	119.991
Contribuição recebida na formação da JV	-	9.751
Aquisições	-	1.653
Atualização monetária	99.016	100.444
Juros pagos	(33.980)	(33.980)
Pagamentos	(119.021)	(128.572)
Reclassificações	(8.558)	(8.558)
Baixas	(10.107)	(10.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	595.522	597.304
Circulante	98.602	98.602
Não circulante	496.920	498.702

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.102.131	1.113.276
Atualização monetária	122.289	122.784
Pagamentos	(253.243)	(259.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	971.177	976.763
Circulante	450.384	453.317
Não circulante	520.793	523.446



20.1 Cronograma de amortização de contas a pagar por aquisição de empresas de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
de 1 a 2 anos	456.494	30.099	456.494	32.752
de 2 a 3 anos	28.289	445.354	28.289	445.354
de 3 a 4 anos	4.052	34.861	4.052	34.861
mais de 5 anos	8.085	10.479	9.867	10.479
	<u>496.920</u>	<u>520.793</u>	<u>498.702</u>	<u>523.446</u>

21. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor pode ser estimado de forma confiável, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões fiscais, previdenciárias e cíveis são mensuradas pelo valor estimado da melhor saída de recursos necessária para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando a natureza das demandas, o estágio processual, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica da Companhia e a avaliação de assessores jurídicos externos. As contingências classificadas como possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa, e aquelas avaliadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas.

A provisão para contingências trabalhistas é mensurada de forma a representar a melhor estimativa do desembolso esperado, adotando metodologia estatística baseada em evidência histórica de pagamentos efetivos, conforme documentação técnica interna aprovada pela Administração.

Essa metodologia consiste na apuração de um percentual histórico de pagamento sobre o valor em risco, calculado com base em processos trabalhistas encerrados, considerando os valores efetivamente pagos e os depósitos judiciais levantados, em comparação com o valor em risco desses processos na data de encerramento, considerando os últimos 36 meses. O percentual apurado é aplicado ao valor em risco do universo de processos trabalhistas em andamento, como técnica estatística para estimar a obrigação na data-base.

A mensuração é aplicada independentemente da classificação individual de risco dos processos (provável, possível ou remoto), uma vez que a experiência histórica demonstra que parte dos processos originalmente classificados como possíveis ou remotos pode resultar em desembolsos financeiros. Adicionalmente, processos com valor em risco relevante são submetidos a avaliação individual, podendo resultar em ajustes específicos quando a Administração conclui que a estimativa estatística não reflete adequadamente a melhor estimativa da obrigação.

As provisões são classificadas no passivo circulante ou não circulante de acordo com a expectativa de liquidação.

Apresenta-se abaixo os saldos dos processos para os quais os riscos foram avaliados como perdas prováveis:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	23.569	494	114.423	48.155
Cíveis	31.128	18.861	73.192	38.752
Fiscais e previdenciários	46.759	6.050	62.139	12.046
	<u>101.456</u>	<u>25.405</u>	<u>249.754</u>	<u>98.953</u>
Circulante	25.797	-	43.705	-
Não circulante	75.659	25.405	206.049	98.953

Ainda, conforme requerido, apresenta-se também os saldos dos processos para os quais os riscos foram avaliados como perdas possíveis:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	135.454	101.684	293.058	176.341
Cíveis	210.638	190.292	745.954	1.288.554
Fiscais e previdenciários	70.488	52.917	492.516	698.516
	<u>416.580</u>	<u>344.893</u>	<u>1.531.528</u>	<u>2.163.411</u>

A variação nos saldos das contingências com risco avaliado como possível está relacionada a cisão de acervo líquido ocorrida e apresentada na nota 1.3.1, ressalta-se que tais valores não são passíveis de registro e, portanto, não compõem o acervo líquido cindido.

21.1 Movimentação das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Descrição	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	494	18.861	6.050	25.405
Adições, líquidas de reversões	31.612	24.912	40.772	97.296
Pagamentos	(11.042)	(14.692)	(63)	(25.797)
Atualização (reversão) monetária	2.505	2.047	-	4.552
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>23.569</u>	<u>31.128</u>	<u>46.759</u>	<u>101.456</u>

Descrição	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.155	38.752	12.046	98.953
Adições, líquidas de reversões	58.832	62.926	56.312	178.070
Contribuição recebida na formação da JV	38.451	3.877	220	42.548
Baixa por cisão	(18.365)	(11.905)	(6.370)	(36.640)
Pagamentos	(20.640)	(23.002)	(63)	(43.705)
Atualização (reversão) monetária	7.990	2.544	(6)	10.528
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>114.423</u>	<u>73.192</u>	<u>62.139</u>	<u>249.754</u>



Descrição	Controladora			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciários	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.736	14.557	1.589	32.882
Adições	20.143	6.843	6.050	33.036
Pagamentos	(36.266)	(3.135)	(1.495)	(40.896)
Atualização (reversão)	(119)	596	(94)	383
Saldo em 31 de dezembro de 2024	494	18.861	6.050	25.405

Descrição	Consolidado			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciários	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	82.778	34.094	219.167	336.039
Adições	34.277	12.263	6.135	52.675
Liquidação	(69.901)	(6.955)	(150.742)	(227.598)
Atualização (reversão)	1.001	(650)	(62.514)	(62.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.155	38.752	12.046	98.953

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.744.884 (R\$7.991.700 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 19.032.055.160 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (8.685.298.450 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Valor do capital social	Quantidade de ações ordinárias
Em 31 de dezembro de 2025	2.744.884	19.032.055.160
Em 31 de dezembro de 2024	7.991.700	8.685.298.450

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2025, foi aprovada a redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, no montante de R\$ 3.649.188, por meio da cisão parcial de ativos, em favor de sua então controladora DASA, representados pelos investimentos no Hospital da Bahia, Hospital São Domingos, Clínicas AMO. Após a redução, o capital social da Companhia passou de R\$ 7.991.700 para R\$ 4.342.512, dividido em 8.685.298.450 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na mesma data, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 415.351, pela integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados no ano de 2024, mediante a emissão de 830.729.130 (oitocentos e trinta milhões, setecentos e vinte e nove mil e cento e trinta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela então controladora DASA. Após o aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 4.342.512 para R\$ 4.757.863, dividido em 9.516.027.580 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2025, foi aprovada a redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, no montante de: (i) R\$ 228.956, para fins de absorção de prejuízos acumulados, e (ii) 2.075.000, por meio de retirada, pela então controladora DASA., de recursos financeiros (caixa), totalizando a redução de R\$ 2.303.956. Após a



redução, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.453.907, dividido em 9.516.027.580 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 1º de abril de 2025, foi aprovado uma movimentação patrimonial no montante total de R\$ 2.909.767, mediante a emissão de 9.516.027.580 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, do valor total o montante de R\$290.977 foi destinado ao capital social e R\$ 2.618.790 à reserva de capital. As novas ações emitidas em decorrência do aumento de capital aprovado foram subscritas e integralizadas pela AMIL, mediante a conferência dos ativos contribuídos, representados pelas empresas ESHO e HAT. Após o aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.744.884, dividido em 19.032.055.160 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

22.2 Composição acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Acionista	Controladora e Consolidado	
	% de participação societária	Quantidade de ações ordinárias
AMIL Assistência Médica Internacional S.A.	50%	9.516.027.580
Diagnósticos da América S.A.	50%	9.516.027.580

22.3 Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída com valores recebidos pela Companhia e que não transitaram pelo seu resultado, por não se referirem a contraprestação à prestação de serviços. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos.

Em 26 de fevereiro de 2025, em função da aprovação da redução do capital da Companhia por meio da cisão parcial de ativos, foi reconhecido o montante de R\$ 98.923 como redução da reserva de capital, correspondente à variação do valor do patrimônio líquido das empresas cindidas entre a data do laudo de avaliação do valor contábil e a data da transação (vide notas 1.1.1 e 22.1).

Em 1º de abril de 2025, em função da movimentação patrimonial por meio do aporte de ativos da AMIL (formação da JV), foi reconhecido o montante de R\$ 2.618.790 como aumento da reserva de capital, correspondente à destinação de parte do valor total aportado para a reserva de capital (vide nota 22.1).

A Administração da Companhia aprovou a proposta de absorção do saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 591.296 mediante utilização de parte do saldo existente na conta reserva de capital. A absorção será submetida para deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que apreciará as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a realizar-se em abril de 2026.

A proposta decorre da inexistência de lucros acumulados e de reservas de lucros suficientes para a absorção integral dos prejuízos acumulados e está em conformidade com o disposto no artigo 200, inciso I, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), que autoriza a utilização das reservas de capital para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros.

Caso aprovada pela assembleia geral ordinária, a operação ratificará a eliminação integral do saldo da conta prejuízos acumulados, com a correspondente redução da reserva de capital, não havendo impactos no resultado do exercício nem nos fluxos de caixa da Companhia.



A Administração entende que a aprovação dessa proposta contribuirá para a adequada apresentação da posição patrimonial da Companhia e para o fortalecimento de sua estrutura de patrimônio líquido, em conformidade com a legislação societária vigente.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o respectivo exercício.

O resultado por ação diluído considera, quando aplicável, os efeitos de todos os instrumentos potencialmente diluidores de ações ordinárias. Nos períodos apresentados, não houve instrumentos com efeito dilutivo, de modo que o resultado básico e o resultado diluído por ação apresentam os mesmos valores.

Os cálculos do resultado por ação básico e diluído estão demonstrados na tabela a seguir.

	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(213.700)	(422.811)
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	16.558.183.068	7.819.269.530
Prejuízo básico e diluído por ações - R\$	(0,0129)	(0,0541)

	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	16.558.183.068	7.819.269.530
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	16.558.183.068	7.819.269.530

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O reconhecimento de receitas da Companhia é efetuado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo a transferência do controle dos serviços prometidos aos clientes, em valor que represente a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da prestação desses serviços.

As receitas decorrem, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos, diagnósticos e demais serviços assistenciais, sendo realizadas predominantemente com operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor escala, outros convênios e entes públicos, quando aplicável.

24.1 Identificação do contrato com o cliente

Os contratos com clientes são formalizados, em sua maioria, por meio de:

- contratos firmados com operadoras de planos de saúde;
- autorizações de atendimento;

- tabelas de preços e condições comerciais vigentes; e
- acordos específicos para procedimentos ou pacotes assistenciais.

Um contrato é reconhecido quando estão atendidos os critérios do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, incluindo a aprovação pelas partes, a identificação dos direitos e obrigações, a definição dos termos de pagamento e a probabilidade de recebimento da contraprestação.

24.2 Identificação das obrigações de desempenho

As obrigações de desempenho da Companhia consistem, principalmente, na prestação de serviços assistenciais integrados, que podem incluir, de forma combinada:

- internação hospitalar;
- procedimentos cirúrgicos;
- serviços médicos e de enfermagem;
- utilização de materiais e medicamentos;
- exames e terapias; e
- demais serviços correlatos necessários ao atendimento do paciente.

Considerando a natureza dos serviços prestados, a Companhia avalia que, na maioria dos casos, os serviços prometidos não são distintos, uma vez que são altamente inter-relacionados e integrados para fornecer um único resultado assistencial ao paciente. Dessa forma, tais serviços são tratados como uma única obrigação de desempenho, em linha com as práticas de mercado adotadas no setor hospitalar.

24.3 Determinação do preço da transação

O preço da transação corresponde ao valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito pela prestação dos serviços, incluindo valores fixos e variáveis.

A contraprestação é frequentemente variável, em função de:

- glosas técnicas e administrativas;
- descontos contratuais;
- negociações posteriores à prestação do serviço;
- ajustes decorrentes de auditorias médicas das operadoras; e
- limitações de cobertura previstas contratualmente.

A Companhia estima a contraprestação variável utilizando o método do valor esperado, considerando histórico de glosas, padrões de negociação e informações contratuais específicas, reconhecendo receita apenas na medida em que seja altamente provável que não ocorrerá reversão significativa do valor reconhecido, conforme requerido pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

24.4 Alocação do preço da transação

Quando um contrato contém mais de uma obrigação de desempenho identificável, o preço da transação é alocado às obrigações de desempenho com base no preço de venda independente relativo dos serviços prometidos.

Na prática, considerando o caráter integrado da maioria dos serviços hospitalares, a alocação do preço da transação a múltiplas obrigações de desempenho ocorre de forma limitada e incomum.



24.5 Reconhecimento da receita ao longo do tempo

A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços assistenciais são prestados, uma vez que:

- o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios à medida que a Companhia executa os serviços; e
- a Companhia não cria um ativo com uso alternativo.

O progresso em direção à satisfação da obrigação de desempenho é mensurado com base na prestação efetiva dos serviços, incluindo o período de internação e a realização dos procedimentos assistenciais.

24.6 Contraprestação variável, glosas e ajustes

A Administração exerce julgamento significativo na estimativa da contraprestação variável, especialmente em relação a glosas e ajustes contratuais.

As estimativas consideram:

- histórico de glosas por operadora;
- taxas de êxito em contestações;
- natureza dos serviços prestados;
- mudanças contratuais ou regulatórias; e
- informações prospectivas razoáveis e sustentáveis.

Valores cuja recuperação seja considerada improvável são ajustados diretamente na receita ou reconhecidos como perda esperada, conforme o caso, assegurando que a receita reflita apenas valores que se espera realizar.

24.7 Componentes financeiros significativos

Os contratos com clientes não contêm componente financeiro significativo, uma vez que os prazos de faturamento e recebimento são compatíveis com as práticas do setor e com o ciclo operacional da Companhia.

24.8 Apresentação e divulgação das receitas

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, descontos e ajustes contratuais.

As divulgações relacionadas à receita atendem aos requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e do CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo informações qualitativas e quantitativas que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem:

- a natureza, o valor, o momento e a incerteza das receitas e fluxos de caixa; e
- os julgamentos significativos realizados pela Administração.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em			
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita de serviços prestados				
Operadoras de planos de saúde	4.973.683	4.540.261	11.672.440	8.313.806
Particulares	245.632	250.328	446.929	296.447
Pesquisa clínica	20.144	15.424	21.548	17.270
	<u>5.239.459</u>	<u>4.806.013</u>	<u>12.140.917</u>	<u>8.627.523</u>
Deduções				
Glosas	(437.836)	(164.120)	(694.408)	(282.011)
Descontos	-	-	(1.591)	-
Impostos	(290.061)	(267.356)	(707.540)	(529.013)
	<u>(727.897)</u>	<u>(431.476)</u>	<u>(1.403.539)</u>	<u>(811.024)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.511.562</u>	<u>4.374.537</u>	<u>10.737.378</u>	<u>7.816.499</u>

A informação de concentração de cliente está divulgada na nota 3.3.

25. GASTOS POR NATUREZA

25.1 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados compreende os gastos diretamente atribuíveis à prestação dos serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos e diagnósticos realizados pela Companhia, reconhecidos conforme o regime de competência, no exercício em que os serviços são efetivamente prestados.

Os custos incluem, principalmente, materiais médico-hospitalares e medicamentos consumidos, honorários médicos e assistenciais, folha de pagamento e encargos da equipe assistencial, custos de terceiros, depreciação e amortização de ativos diretamente utilizados na operação assistencial, bem como outros custos operacionais diretamente relacionados à atividade-fim.

Os custos dos serviços prestados são apropriados ao resultado de forma consistente com o reconhecimento da receita correspondente, refletindo o consumo dos recursos necessários à execução dos serviços, e são apresentados de forma segregada das despesas operacionais, permitindo adequada análise do desempenho operacional da Companhia.

25.2 Despesas comerciais

As despesas comerciais compreendem os gastos incorridos pelo Grupo relacionados à promoção, divulgação, relacionamento comercial e desenvolvimento de negócios, reconhecidos conforme o regime de competência, no período em que incorridos.

Essas despesas incluem, principalmente, custos com equipes comerciais e de relacionamento, comissões, ações de marketing institucional, publicidade, eventos, materiais promocionais e outros gastos diretamente associados às atividades comerciais da Companhia.

25.3 Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas compreendem os gastos incorridos pela Companhia relacionados às atividades de suporte e gestão corporativa, reconhecidos conforme o regime de competência, no exercício em que incorridos.

Essas despesas incluem, principalmente, pessoal administrativo e encargos, serviços de terceiros, tecnologia da informação, consultorias, honorários profissionais, aluguéis, seguros, despesas gerais de escritório e depreciação e amortização de ativos administrativos.

25.4 Outras receitas e despesas operacionais

As outras despesas e receitas operacionais, líquidas compreendem os efeitos de eventos e transações operacionais não recorrentes ou não diretamente relacionados às atividades assistenciais, comerciais ou administrativas principais da Companhia, reconhecidos conforme o regime de competência, no exercício em que incorridos.

Esses valores incluem, principalmente, ganhos e perdas na baixa de ativos, indenizações, multas e penalidades operacionais, resultados de acordos, recuperações de despesas, bem como outros itens operacionais de natureza semelhante.

As outras despesas e receitas operacionais são apresentadas de forma líquida quando apropriado, em linha específica da demonstração do resultado, permitindo adequada compreensão de seu impacto no desempenho operacional da Companhia, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

25.4 Composição da demonstração do resultado por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em			
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Custos dos serviços prestados				
Gastos com pessoal	(919.460)	(829.453)	(2.389.151)	(1.576.645)
Custos com materiais	(1.343.608)	(1.165.192)	(3.287.628)	(2.228.698)
Serviços e utilidades	(1.242.216)	(1.063.000)	(2.904.054)	(1.840.604)
Manutenção e conservação	(24.591)	(35.951)	(134.295)	(68.036)
Depreciações e amortizações	(219.271)	(224.076)	(449.636)	(311.389)
Créditos de PIS e COFINS	-	4.863	2.663	7.797
Impostos e taxas	(3.316)	-	(7.375)	-
Outros custos	(31.808)	(4.986)	(93.460)	(20.006)
	<u>(3.784.270)</u>	<u>(3.317.795)</u>	<u>(9.262.936)</u>	<u>(6.037.581)</u>
Despesas comerciais				
Gastos com pessoal	(43.715)	(18.274)	(48.715)	(35.254)
Depreciações e amortizações	(5)	(5)	(8)	(44)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	3.416	(41.354)	51.522	(38.465)
Perdas efetivas do contas a receber	(107.503)	(54.248)	(149.939)	(62.559)
Propaganda e publicidade	(50.686)	(11.083)	(53.101)	(13.726)
Outras despesas comerciais	(7.981)	(1.932)	(692)	(12.979)
	<u>(206.474)</u>	<u>(126.896)</u>	<u>(200.933)</u>	<u>(163.027)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(281.058)	(178.623)	(281.072)	(256.668)
Serviços e utilidades	(174.737)	(236.349)	(208.721)	(355.771)
Depreciações e amortizações	(94.004)	(77.056)	(96.372)	(121.768)
Plano de remuneração baseado em ações	(4.184)	(3.148)	(4.184)	(3.148)
Impostos e taxas	(1.036)	(3.656)	(4.247)	(2.060)
Repasse de despesas corporativas	(61.524)	(174.084)	(74.500)	(307.873)
Créditos de PIS e COFINS	7.662	375	7.662	454
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	13.910	-	14.423
Outras despesas gerais e administrativas	(9.237)	(88.081)	(14.081)	(92.258)
	<u>(618.118)</u>	<u>(746.712)</u>	<u>(675.515)</u>	<u>(1.124.669)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Receita com aluguéis	14.431	41.574	18.075	19.454
Receitas com serviços banco de sangue	9.333	9.333	9.333	9.333
PIS e COFINS sobre outras receitas	(7.095)	(5.950)	(12.199)	(7.792)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(24.309)	(166.318)	(53.343)	(35.239)
Repasse de despesas corporativas históricas	-	(210.279)	-	(386.770)
Outras receitas e despesas líquidas ⁽ⁱ⁾	213.873	38.093	237.624	60.289
	<u>206.233</u>	<u>(293.547)</u>	<u>199.490</u>	<u>(340.725)</u>
Total	<u>(4.402.629)</u>	<u>(4.484.950)</u>	<u>(9.939.894)</u>	<u>(7.666.002)</u>

⁽ⁱ⁾ Inclui o montante de R\$167.853 referente à indenização recebida da controladora DASA em função do 6º aditamento do Acordo de Associação (vide nota 1.3).



26. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas e despesas financeiras compreendem, substancialmente, os rendimentos e encargos incorridos sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, bem como os efeitos decorrentes de variações monetárias, instrumentos financeiros, mútuos entre partes relacionadas e outros resultados financeiros associados às atividades da Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em			
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	25.033	13.026	42.669	36.590
Juros sobre mútuos	84.479	4.684	-	-
Juros ativos	9.755	5.533	16.074	16.074
Variações cambiais e monetárias ativas	21.247	72	24.989	72
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.065	-	11.041
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(14.987)	-	(19.806)	-
Outras receitas financeiras	896	615	18.239	2.010
	<u>126.423</u>	<u>31.995</u>	<u>82.165</u>	<u>65.787</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(447.538)	(18.389)	(447.548)	(25.919)
Amortização de custos de captação das debêntures	(12.925)	(263)	(12.925)	(263)
Juros sobre mútuos	(30.594)	(4.871)	(4.025)	(14.168)
Juros sobre operações de arrendamento	(167.355)	(115.756)	(432.068)	(175.080)
Juros passivos	(2.610)	(12.927)	(7.353)	(19.693)
Atualização monetária de obrigações por aquisição de controladas	(99.016)	(122.289)	(100.444)	(122.784)
Variações cambiais e monetárias passivas	(9.513)	(6.507)	(18.950)	(6.312)
Variação monetária com provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.399)	(63.339)	(4.908)	(564)
Descontos concedidos	(18.818)	(43.225)	(32.383)	(56.969)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(1.611)	-	(4.231)
Outras despesas financeiras	(33.475)	(8.507)	(38.971)	(9.455)
	<u>(823.243)</u>	<u>(397.684)</u>	<u>(1.099.575)</u>	<u>(435.438)</u>
Total	<u>(696.820)</u>	<u>(365.689)</u>	<u>(1.017.410)</u>	<u>(369.651)</u>

27. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas e divulgadas de acordo com o CPC 05 / IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, compreendendo as relações entre o Grupo, seus acionistas, empreendimentos controlados em conjunto, administradores e demais entidades ou pessoas que exerçam influência significativa sobre o Grupo.

São consideradas partes relacionadas, entre outras:

- os acionistas da *joint-venture* e entidades sob controle ou influência significativa desses acionistas;
- administradores e membros do Conselho de Administração;
- empresas controladas e coligadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em bases comutativas, observando condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes, quando aplicável. Tais transações são reconhecidas conforme o regime de competência e mensuradas pelos valores contratados, não havendo, em geral, garantias ou condições diferenciadas relevantes, salvo quando explicitamente divulgado.

Os saldos, transações, naturezas das relações, bem como a remuneração dos administradores, são divulgadas de forma adequada em nota explicativa específica, permitindo a compreensão do impacto dessas transações nas demonstrações financeiras da Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Mútuo a receber	9.963	259.529	-	-
Indenização a receber (a)	121.435	-	121.435	-
Compartilhamento de infraestrutura (b)	4.164	-	4.163	-
Repasses de partes relacionadas (c)	-	-	2.922	-
Partes relacionadas - ativo	135.562	259.529	128.520	-
Ativo circulante	92.924	-	95.845	-
Ativo não circulante	42.638	259.529	32.675	-

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Mútuo a pagar	-	107.387	-	163.491
Repasses de partes relacionadas (c)	-	897.607	26.519	1.683.666
Outros	18.112	-	-	-
Partes relacionadas - passivo	18.112	1.004.994	26.519	1.847.157
Passivo circulante	-	897.607	26.519	1.647.198
Passivo não circulante	18.112	107.387	-	199.959

- (a) O montante de indenização a receber corresponde ao valor a ser pago pelo acionista DASA, previsto no 6º aditamento do Acordo de Associação, conforme descrito na nota 1.3.
- (b) Os saldos de compartilhamento de infraestrutura referem-se aos valores a receber e/ou a pagar com os acionistas DASA e AMIL e com as empresas cindidas no âmbito da estruturação da operação da JV (Hospital da Bahia, Hospital São Domingos e Clínicas AMO) a título de repasse de despesas corporativas.
- (c) Os repasses de partes relacionadas correspondem aos montantes a receber e/ou a pagar decorrentes de transações das operações que não fazem parte do perímetro da JV.

27.1 Composição dos contratos de mútuo

27.1.1 Valores a receber

Mutuante	Mutuária	Taxa de juros	31.12.2025		31.12.2024	
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	Centron - Centro de Tratamento Oncológico Ltda.	100% CDI	1.963		7.148	
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	HBA S.A. - Assistência Médica e Hospitalar	100% CDI	-		60.359	
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	Marimed Serviços Médicos S.A.	100% CDI	-		41.348	
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.	100% CDI	-		150.674	
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	100% CDI	8.000		-	
Total Controladora			9.963		259.529	





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

27.1.1 Valores a pagar

Mutuante	Mutuária	Taxa de juros	31.12.2025	31.12.2024
Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	120% CDI	-	16.808
Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	120% CDI	-	4.360
Diagnósticos da Américas S.A.	Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	120% CDI	-	86.219
Total Controladora			-	107.387

Mutuante	Mutuária	Taxa de juros	31.12.2025	31.12.2024
Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	120% CDI	-	16.808
Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	120% CDI	-	4.360
Diagnósticos da Américas S.A.	Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	120% CDI	-	86.219
Diagnósticos da América S.A.	Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda.	120% CDI	-	204
Diagnósticos da América S.A.	Hospital Leforte Liberdade S.A.	120% CDI	-	13.539
Diagnósticos da América S.A.	Clínica Araguaia S.A.	120% CDI	-	462
Diagnósticos da América S.A.	Nossa Senhora do Carmo Participações S.A.	120% CDI	-	51
Diagnósticos da América S.A.	Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo Ltda.	120% CDI	-	14.677
Diagnósticos da América S.A.	HBA S/A Assistência Médica e Hospitalar	120% CDI	-	23.751
Diagnósticos da América S.A.	Neuro Imagens Ltda.	120% CDI	-	628
Diagnósticos da América S.A.	CRC Serviços Médicos Hospitalares Ltda.	120% CDI	-	968
Diagnósticos da América S.A.	Onco Hematos S.A.	120% CDI	-	970
Diagnósticos da América S.A.	ICA Instituto do Câncer de Alagoins Ltda.	120% CDI	-	485
Diagnósticos da América S.A.	Instituto de Mastologia e Ginecologia da Bahia Ltda.	120% CDI	-	369
Diagnósticos da América S.A.	AMO Sudoeste Ltda.	120% CDI	-	-
Diagnósticos da América S.A.	Clínica de Assistência Médica e Ginecologia Ltda.	120% CDI	-	-
Total consolidado			-	163.491





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

27.2 Saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços, prazos e encargos financeiros de acordo com as condições estabelecidas entre as partes.

Empresa	Consolidado									
	Ativo				Passivo					
	Contas a receber de clientes		Outros créditos		Fornecedores		Passivos de arrendamento		Outras contas a pagar e provisões	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
3G Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	54.863	-	491	-
Amico Saúde Ltda.	92	-	25	-	-	-	872.302	-	1.328	-
Amil Assistência Médica Internacional S.A.	885.724	-	-	-	17.137	-	347.753	-	-	-
Bosque Medical Center Ltda.	-	-	-	-	-	-	401.470	-	13.831	-
Casa de Saúde Santa Therezinha Ltda.	324	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cemed Care - Empresa de A. Clínico Geral Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	-	-	2.100	-	19	-
Diagnósticos das América S.A	1.044	-	3.714	4.129	10.590	15.490	-	-	133	-
Innova Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	320	-
Mantris - Gestão em Saúde Corporativa Ltda	3	-	-	-	253	-	-	-	-	-
Marimed Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	417	-
Patryst Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	1.035.787	-	6.914	15.871
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	481	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTR14 Investimentos Imobiliários S.A.	-	-	-	-	-	-	205.317	-	1.838	2.129
Santa Helena Assistência Médica S.A.	347	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Signo Properties Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	44.696	-	400	358
	888.016	-	3.739	4.129	27.980	15.490	2.964.288	-	25.691	18.358





Ímpar Serviços Hospitalares S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Consolidado									
	Receitas de serviços		Custos dos serviços prestados		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		Resultado financeiro, líquido	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
3G Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(6.894)	(7.879)	-	-	-	-	-	-
Amico Saúde Ltda.	219	-	(58.498)	-	160	-	227	-	-	-
Amil Assistência Médica Internacional S.A.	3.218.968	-	(201.068)	-	(44.780)	-	35	-	(5.858)	-
Bosque Medical Center Ltda	-	-	(21.561)	-	-	-	2	-	-	-
Casa de Saúde Santa Therezinha Ltda.	479	-	(52)	-	-	-	-	-	-	-
Cemed Care - Empresa de Atendimento Clínico Geral Ltda.	15	-	35	-	-	-	-	-	-	-
Clínica Júlio Mott A. Lopez Ltda.	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-
CPClin – Centro de Pesquisas Clínicas Ltda.	304	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(169)	-	-	-	-	-	-	-
Diagnósticos das América S.A	218	23.484	(118.178)	(86.201)	(74.666)	-	173.388	-	15.968	-
Fernandes Oncologia Sociedade Simples	-	-	(8)	(2.475)	(2.798)	-	-	-	-	-
GEM Assistência Médica Especializada S.A.	-	-	-	-	10.406	-	-	-	-	-
HBA S.A. Assistência Médica e Hospitalar	-	-	20	-	9.698	-	-	-	-	-
Hospital de Clínicas de Jacarepaguá Ltda.	15	-	79	-	-	-	-	-	-	-
Hospital Santa Helena S.A.	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	-
Hospital São Domingos Ltda.	-	-	-	-	22.446	-	-	-	-	-
Innova Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.876)	-	-	-	-	-	-	-
Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda	-	-	(222)	-	-	-	-	-	-	-
Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda.	-	-	(222)	-	-	-	-	-	-	-
Mantris - Gestão em Saúde Corporativa Ltda	-	-	(807)	-	(110)	-	-	-	-	-
Marimed Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(3.750)	-	-	-	-	-	-	-
Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	(91.120)	(121.409)	-	-	-	-	(31)	-
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	881	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTR14 Investimentos Imobiliários S.A.	-	-	(23.342)	(27.678)	-	-	-	-	-	-
Ruggeri & Piva Ltda	-	-	(4.350)	-	-	-	-	-	-	-
Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A.	-	-	(2.935)	-	-	-	-	-	-	-
Santa Helena Assistência Médica S.A.	1.436	-	6	-	-	-	-	-	-	-
Saúde Santa Celina Assistência Médica S.A.	-	-	(4.703)	-	-	-	-	-	-	-
Signo Properties Invest. Imobiliários Ltda.	-	-	(4)	(4.648)	-	-	-	-	-	-
Sobam Centro Médico Hospitalar S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.222.535	23.484	(540.638)	(250.290)	(79.644)	-	173.652	-	10.079	-



27.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. As despesas incorridas com remuneração e encargos pagos ou a pagar por serviços prestados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Benefícios de curto prazo	54.746	63.459
Plano de remuneração baseada em ações	4.184	3.148
	<u>58.930</u>	<u>66.607</u>

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da Companhia entende que os principais fatores de risco aos quais está exposta são riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez. Esses riscos são inerentes às atividades e são direcionados por meio de políticas internas e são monitorados através de relatórios periódicos.

28.1 Classificação contábil e hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

As classificações contábeis e a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia estão identificadas a seguir:

Descrição	Nota explicativa	Nível de hierarquia	Controladora	
			Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	103.645	103.645
Contas a receber de clientes	5	-	1.892.094	1.892.094
Valores a receber de partes relacionadas	1.3	-	125.599	125.599
Contratos de mútuos a receber	27	-	9.963	9.963
Total			2.131.301	2.131.301
Passivos financeiros				
Fornecedores	15	-	480.572	480.572
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	3.174.182	3.204.733
Tributos parcelados	-	-	4.122	4.122
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	-	595.522	595.522
Passivos de arrendamento	17	-	1.228.283	1.228.283
Total			5.482.681	5.513.232

Descrição	Nota explicativa	Nível de hierarquia	Consolidado	
			Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	376.456	376.456
Contas a receber de clientes	5	-	3.783.299	3.783.299
Valores a receber de partes relacionadas	1.3	-	128.520	128.520
Total			4.288.275	4.288.275
Passivos financeiros				
Fornecedores	15	-	1.068.506	1.068.506
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	3.174.182	3.204.733
Tributos parcelados	-	-	63.744	63.744
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	-	597.304	597.304
Passivos de arrendamento	17	-	3.647.440	3.647.440
Total			8.551.176	8.581.727

Os ativos e passivos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, portanto, não foram aplicados os níveis de hierarquia acima apresentados.

28.2 Riscos de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer impactos adversos em seus resultados e fluxos de caixa em função de oscilações nas taxas de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a principal exposição da Companhia a esse risco está relacionada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), índice ao qual estão atrelados, predominantemente, seus passivos financeiros.

A Administração monitora continuamente a exposição às variações das taxas de juros, avaliando a composição do endividamento, os prazos de vencimento e as condições contratadas, com o objetivo de mitigar potenciais impactos adversos sobre o desempenho financeiro da Companhia.

Para fins de análise de sensibilidade, foram considerados os efeitos de variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros anuais aplicáveis aos instrumentos financeiros não derivativos expostos ao CDI, com base nas posições existentes na data-base das demonstrações financeiras. A análise tem como objetivo demonstrar o impacto potencial no resultado do exercício decorrente dessas variações, mantendo-se constantes as demais variáveis relevantes.

A Administração entende que a exposição ao risco de taxa de juros está adequadamente gerenciada, considerando a estrutura atual de endividamento e as políticas financeiras adotadas pela Companhia.

Controladora							
Descrição	Nota explicativa	31.12.2025	Indexação	Taxa a.a.	Cenário I provável	Cenário II 25% aumento	Cenário III 50% aumento
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.373	88,1% CDI	13,12%	12.254	15.318	18.381
Indenização a receber de partes relacionadas	1.3	121.435	100% CDI	14,90%	18.094	22.617	27.141
Contratos de mútuos a receber	27	9.963	100% CDI	14,90%	1.484	1.856	2.227
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	(595.522)	100% CDI	14,90%	(88.733)	(110.916)	(133.099)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(3.174.182)	100% CDI	14,90%	(472.953)	(591.191)	(709.430)
Total		(3.544.933)			(529.854)	(662.316)	(794.780)

Controladora							
Descrição	Nota explicativa	31.12.2024	Indexação	Taxa a.a.	Cenário I provável	Cenário II 25% aumento	Cenário III 50% aumento
Caixa e equivalentes de caixa	4	693.253	100% CDI	15,00%	103.988	129.985	155.982
Contratos de mútuos a receber	27	259.529	100% CDI	15,00%	38.929	48.662	58.394
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	(971.177)	100% CDI	15,00%	(145.677)	(182.096)	(218.515)
Contratos de mútuos a pagar	27	(107.387)	100% CDI	15,00%	(16.108)	(20.135)	(24.162)
Total		(125.782)			(18.868)	(23.584)	(28.301)

Consolidado							
Descrição	Nota explicativa	31.12.2025	Indexação	Taxa a.a.	Cenário I provável	Cenário II 25% aumento	Cenário III 50% aumento
Caixa e equivalentes de caixa	4	302.791	88,1% CDI	13,12%	39.738	49.673	59.607
Indenização a receber de partes relacionadas	1.3	121.435	100% CDI	14,90%	18.094	22.617	27.141
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	(597.304)	100% CDI	14,90%	(88.998)	(111.248)	(133.497)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(3.174.182)	100% CDI	14,90%	(472.953)	(591.191)	(709.430)
Total		(3.347.260)			(504.119)	(630.149)	(756.179)

Consolidado							
Descrição	Nota explicativa	31.12.2024	Indexação	Taxa a.a.	Cenário I provável	Cenário II 25% aumento	Cenário III 50% aumento
Caixa e equivalentes de caixa	4	942.446	100% CDI	15,00%	141.367	176.709	212.050
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	(976.763)	100% CDI	15,00%	(146.514)	(183.143)	(219.772)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(58)	100% CDI	15,00%	(9)	(11)	(13)
Total		(34.375)			(5.156)	(6.445)	(7.735)



28.3 Riscos de crédito

O risco de crédito representa o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes, de suas obrigações contratuais. Esse risco é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia e está principalmente associado às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, bem como a outros ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

Com relação aos ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia adota como política a realização de operações exclusivamente com instituições financeiras de reconhecida solidez, que possuam classificação de risco mínima de grau de investimento (*investment grade*), conforme avaliação de agências de rating independentes, tais como *Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch*, mitigando, assim, a exposição ao risco de crédito.

O risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes é gerenciado por meio de procedimentos contínuos de avaliação e monitoramento da qualidade de crédito das contrapartes, incluindo a análise do histórico de recebimentos, limites de crédito, prazos de pagamento e, quando aplicável, garantias contratadas. A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sempre que identificada evidência objetiva de aumento significativo do risco de crédito ou de inadimplência, em conformidade com o modelo de perdas esperadas previsto no CPC48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A Administração avalia periodicamente os riscos associados às suas contrapartes financeiras e operacionais, considerando fatores internos e externos, e entende que as políticas de crédito e os procedimentos de controle adotados são adequados para mitigar a exposição ao risco de crédito nas operações da Companhia.

28.4 Riscos de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações financeiras à medida que estas se tomem exigíveis, em condições normais ou adversas de mercado.

A Administração gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa projetados, da manutenção de níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa, bem como da diversificação das fontes de financiamento e do escalonamento dos vencimentos de suas obrigações financeiras, de forma a assegurar o cumprimento tempestivo de seus compromissos.

A tabela a seguir apresenta a análise de vencimentos dos passivos financeiros consolidados, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, passivos de arrendamento e contas a pagar por aquisição de controladas, com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados, segregados por faixas de vencimento. Os valores incluem principal e encargos financeiros contratuais, quando aplicável, e estão classificados de acordo com o período remanescente até o vencimento na data-base das demonstrações financeiras.

Descrição	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado				Total
			Até 1 ano	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	mais de 4 anos	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.174.182	4.248.330	533.560	3.714.770	-	-	4.248.330
Passivo de arrendamento	3.647.440	10.334.959	494.441	1.166.636	1.158.589	7.515.293	10.334.959
Contas a pagar por aquisição de controladas	597.304	744.245	101.420	582.919	37.933	21.973	744.245
			<u>1.129.421</u>	<u>5.464.325</u>	<u>1.196.522</u>	<u>7.537.266</u>	<u>15.327.534</u>

A Administração entende que, considerando a estrutura atual de capital, o perfil de vencimentos das obrigações financeiras e a capacidade de geração de caixa operacional, a Companhia apresenta nível adequado de liquidez para fazer frente às suas obrigações nos prazos pactuados.

28.5 Gerenciamento do capital

O objetivo da Companhia na gestão de capital é assegurar a continuidade operacional, manter uma estrutura de capital eficiente, compatível com o perfil de risco do negócio, e maximizar o retorno aos acionistas, ao mesmo tempo em que busca manter níveis adequados de liquidez e solvência.

A Administração monitora continuamente a estrutura de capital da Companhia, considerando, entre outros fatores, os custos financeiros, os prazos de vencimento das obrigações, as garantias associadas às captações, bem como as condições de mercado e as necessidades de financiamento de suas operações e investimentos. Sempre que necessário, a Companhia avalia alternativas de capital, que podem incluir a renegociação de dívidas, a captação de novos financiamentos ou outras formas de reforço de capital.

A gestão de capital é acompanhada, principalmente, por meio do índice de alavancagem financeira, definido como a relação entre a dívida líquida e o EBITDA, conforme apresentado na nota 16.2.

29. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Consolidado	Tipo de Cobertura	Valor Segurado	Custo
ESHO Empresa de Servicios Hospitalares S.A.	Risco Patrimonial	1.055.745	1.443
Ímpar Servicios Hospitalares S.A.	Risco Patrimonial	1.052.200	922
Ímpar Servicios Hospitalares S.A.	Responsabilidade Civil D&O	150.000	177
Ímpar Servicios Hospitalares S.A.	Garantia	347.147	16.128
		2.605.092	18.670



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

30. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

															Consolidado			
Transações sem efeito em caixa	Outros créditos	Depósitos judiciais	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado	Intangível	Fornecedores	Passivos de arrendamentos	Contas a pagar por aquisições de controladas	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Opção de venda concedida a acionistas não controladores	Partes relacionadas	Tributos diferidos	Outras contas a pagar e provisões	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores
Redução de capital - cisão parcial	-	-	-	-	(2.902.575)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.785.573	117.002	-	-	-
Baixa por cisão - contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	422.996	-	-	-	-	-	-	(422.996)	-	-	-
Baixa por cisão - imobilizado	-	-	-	(266.472)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266.472	-	-	-
Baixa por cisão - depósitos judiciais	-	(2.398)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.398	-	-	-
Baixa por cisão - outros créditos	(135.947)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.947	-	-	-
Atualização de opção de compra por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.843)	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício de opção de venda (put option) - aquisição minoritários	(3.704)	-	-	-	-	-	-	(119.991)	-	119.991	-	-	-	-	131.849	54.843	-	(8.154)
Reclassificações do investimento x outros ativos e passivos	-	-	-	-	(35.508)	-	-	8.558	-	-	35.508	-	(8.558)	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	42.665	-	-	-	-	-	-	-	(42.665)	-
Variação de fornecedores de bens do ativo imobilizado	-	-	-	(3.033)	-	3.033	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação de minoritários - CRC SCP	-	-	-	-	-	-	-	(1.653)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.653
Adições do direito de uso	-	-	1.913.275	-	-	-	-	(1.913.275)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de tributos diferidos sobre mais valias	-	-	-	-	54.587	-	-	-	-	-	-	(54.587)	-	-	-	-	-	-



31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de antecipação de pagamentos a fornecedores

Em dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas, Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo Ltda. (“CSNSC”), COI - Clínicas Oncológicas S.A. (“COI”), Dilab Medicina Nuclear Ltda. (“Dilab”), Hospital Leforte S.A. (“HLL”), Hospital Leforte Liberdade S.A. (“HLM”), Hospital e Maternidade Christovão da Gama S.A. (“HMCG”), Innova Hospitais Associados Ltda. (“Innova”), Marimed Serviços Médicos S.A. (“HPR”) e UNI TOM - Unidade de Tomografia Axial Computadorizada Ltda. (“UNI TOM”), firmaram contratos de convênio com o Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e com o Banco Industrial do Brasil S.A. (“BIB”) para a implementação de um programa de antecipação de pagamentos a fornecedores (*supplier finance arrangement*).

Por meio desse programa, fornecedores da Companhia têm a opção de antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras parceiras, sem que haja alteração substancial nos prazos originalmente pactuados entre a Companhia e seus fornecedores. A adesão ao programa é facultativa aos fornecedores, que, caso optem pela antecipação, assumem integralmente os encargos financeiros associados à operação.

A Companhia não incorre em custos financeiros relacionados à antecipação desses recebíveis, tampouco há alteração relevante na natureza de suas obrigações comerciais com fornecedores, que permanecem substancialmente consistentes com as práticas usuais de preços e pagamentos.

O contrato celebrado junto com o Bradesco prevê o limite total de R\$ R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para as transações da Companhia e das controladas CSNSC e HPR. Para as demais controladas não há limitação de valores. O contrato com o BIB, por sua vez, prevê o limite total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para todas as empresas conveniadas.

As transações tiveram início em fevereiro de 2026 e, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o programa não teve utilização relevante.

Cessão de direitos creditórios

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou contrato de cessão de direitos creditórios sem coobrigação com o Banco Industrial do Brasil S.A., envolvendo uma carteira de recebíveis no montante total de R\$ 100.036.105,15 (cem milhões, trinta e seis mil, cento e cinco reais e quinze centavos), com taxa de deságio de 1,43% ao mês.

O valor líquido recebido pela Companhia foi de R\$ 98.224.117,82 (noventa e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e oitenta e dois centavos). Os créditos cedidos correspondem a contas a receber decorrentes de serviços hospitalares, faturados entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, com vencimento em 30 de março de 2026.

Nos termos contratuais, a cessão foi formalizada sem coobrigação quanto à solvência dos devedores. Contudo, a Companhia permanece responsável pela existência, legitimidade, formalização e exigibilidade dos créditos cedidos, bem como pela veracidade das informações a eles relacionadas, podendo ser obrigada a indenizar o cessionário em determinadas circunstâncias previstas contratualmente. Adicionalmente, a Companhia atua como mandatária na cobrança dos créditos, devendo repassar os valores recebidos ao cessionário.



Assinatura do contrato de alienação do Hospital e Maternidade Santa Lúcia (“STL”) e da RX Ricardo Campos Ltda. (“RX”)

Em 12 de março de 2026, a Companhia, por meio de sua controlada ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A., celebrou contrato para a transferência de determinados ativos e passivos relacionados à unidade hospitalar Hospital e Maternidade Santa Lúcia, atualmente operada como uma filial dessa controlada, e da RX Ricardo Campos Ltda., com a AMICO Saúde S.A., entidade controlada pela AMIL, controladora em conjunto da Companhia.

A transação foi acordada pelo valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) e reflete, substancialmente, a reorganização societária e operacional entre as partes, considerando que a referida unidade hospitalar havia sido originalmente aportada pela controladora na constituição da *joint venture*.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento ou renúncia de determinadas condições precedentes usuais para este tipo de transação, incluindo aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 31 de dezembro de 2025, o acervo líquido total atribuído ao STL e à RX totalizavam R\$24.164. Adicionalmente, a ESHO possuía ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente da aquisição do STL, registrado no montante de R\$ 23.360. A Administração avaliou os impactos desse evento e concluiu que a transação não incorre na necessidade de ajustes na posição patrimonial e financeira da Companhia na data base das demonstrações financeiras.



Ímpar Serviços Hospitalares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Renata Bandeira
Diretor de Controladoria, Impostos e Controles Internos
Contador - CRC 1SP 215231/O-3

Licio Cintra
Presidente

Vivianne Cunha Valente
Vice-Presidente de Finanças

Alexandre Melo
Vice-Presidente Assuntos Corporativos, Compliance e ESG

Carlos Prebelli
Vice-Presidente Comercial

Felipe Starling
Vice-Presidente de Tecnologia

Gustavo Fernandes
Vice-Presidente de Oncologia

Luiz Gonzaga Foureaux
Vice-Presidente de Estratégia de Marketing e CX

Majo Campos
Vice-Presidente de Gente e Gestão

Rogério Reis
Vice-Presidente Hospitais



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BBD2E7B3-7393-4623-BF12-289E67F1FB8E

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: 001. R. AMERICAS - 4T25 vf (limpa) Capa 2.docx, IMPARSERVHOSPITALARES2...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 103

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Talita Ferreira

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

talita.ferreira@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.65

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Talita Ferreira

Local: DocuSign

25 de março de 2026 | 20:38

talita.ferreira@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

25 de março de 2026 | 21:23

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

carlos.mendonca@pwc.com

Sócio

PwC Auditores Independentes

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=CARLOS EDUARDO GUARANA MENDONCA:40137163649

Assinatura

DocuSigned by:

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
8108E4223AFE4D1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.200

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 25 de março de 2026 | 20:42

Reenviado: 25 de março de 2026 | 20:47

Visualizado: 25 de março de 2026 | 20:48

Assinado: 25 de março de 2026 | 21:23

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Talita Ferreira talita.ferreira@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 25 de março de 2026 21:23 Visualizado: 25 de março de 2026 21:23 Assinado: 25 de março de 2026 21:23
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 23 de fevereiro de 2022 15:20 ID: 7cfd9d23-c562-4976-82f7-64823c443e04 Nome da empresa: PwC		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	25 de março de 2026 20:42
Entrega certificada	Segurança verificada	25 de março de 2026 20:48
Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de março de 2026 21:23
Concluído	Segurança verificada	25 de março de 2026 21:23

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.